

TADEU PAMPLONA PAGNOSSA

DE ROMA A MARIANA: COMUNISMO E POLÍTICA NO “O
ARQUIDIOCESANO” (1959-1964)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2008.

TADEU PAMPLONA PAGNOSSA

DE ROMA A MARIANA: COMUNISMO E POLÍTICA NO “O
ARQUIDIOCESANO” (1959-1964)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.
Orientador: Prof. Fabrício Roberto Costa Oliveira.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2008.

Dedicatória

A todos aqueles me apoiaram e lutaram por mim.

Resumo

RESUMO

Esta Monografia de Bacharelado em História, utilizando análise documental do jornal “O Arquidiocesano – Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana” tem como objetivo principal identificar qual é a posição política adotada por esta Instituição Católica e expressa no semanário, acerca dos principais acontecimentos políticos mundiais e brasileiros ocorridos na primeira metade da década de 1960, principalmente em relação ao comunismo.

Para isto faremos uma contextualização histórica sobre as raízes conservadoras da Arquidiocese de Mariana; como também analisaremos quais foram as principais estratégias adotadas por esta para fazer frente ao “inimigo vermelho”.

ABSTRACT

This Monograph of Bachelor of History, using documentary analysis of the newspaper "O Arquidiocesano - Official Information of Mariana's Archdiocese" the main goal is to identify what is the political position adopted by these Catholic Institution and expressed in the Catholic weekly, of world and Brazilian political events occurring in the first half of the 1960s, mainly in relation to Communism.

For this we will make a historical contextualization of the conservative roots of the Mariana's Archdiocese, as well as review what were the main strategies adopted by it to confront the "red enemy".

SUMÁRIO

1. Introdução	7
1.1. " Várias Igrejas Católicas" e o poder político, simbólico e social da Instituição Católica	7
1.2. O jornal "O Arquidiocesano", suas características e importância aos seus fiéis.	13
2. O Anticomunismo no "O Arquidiocesano"	38
3. O Brasil nos primeiros anos do "O Arquidiocesano"	63
4. Conclusões	88
5. Anexo A:	91
Anexo B:	93
Anexo C:	94
Figuras	97
6. Bibliografia	98
7. Notas	102

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da
Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Fabrício Roberto Costa Oliveira
Orientador

Prof. Álvaro de Araújo Antunes

Prof. Francis Wellington de Barros Andrade

INTRODUÇÃO

I.1 “VÁRIAS IGREJAS CATÓLICAS”: PODER POLÍTICO, SIMBÓLICO E SOCIAL DA INSTITUIÇÃO CATÓLICA.

Para muitos intelectuais, a década de 1960 foi identificada como um período de intensas mudanças comportamentais, revoluções políticas e efervescência econômica. Hobsbawn (1995) considera que a década de 60 do “Breve século XX” destaca-se pela radicalização da luta travada entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da guerra-fria, estabelecendo assim um período de polarização política e trazendo para o embate algumas instituições internacionais, como a Igreja Católica, principalmente devido ao seu grande poder simbólico e político para a organização da vida social.

Assim, nesta pesquisa partimos do pressuposto de que existe uma grande relação entre as esferas política e religiosa no âmbito da vida social, principalmente no que concerne a ligação entre Igreja Católica – Estado – Grupos dominantes, nos conceitos ideológicos defendidos por eles e na legitimação da ordem existente.

Neste sentido, para Marc Augé (1994) a formulação de um discurso dominante estaria incondicionalmente relacionada a uma religião, pois, é em uma ordem metafísica e transcendente na qual este discurso se legitimaria, não deixando espaço para a noção de uma ordem social auto-explicável. Também para Durkheim (1968) a religião atuaria com explicadora do mundo social. Desta forma, ela seria utilizada para dar segurança aos fiéis em relação ao que

eles observam cotidianamente e que não conseguem alcançar o princípio ou o sentido.

“a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como uma estrutura natural-sobrenatural do cosmos” (Durkheim apud Bourdieu, 2007: 33-34)

Pierre Bourdieu, afirma que: “(...) *a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário.*” (Bourdieu, 2007:46). Ou seja, além de dar base às características do mundo da forma em que ela existe, legitimando a posição dos grupos dominantes socialmente, a religião também é utilizada pelos outros grupos ou classes no momento em que estes procuram ideológica e simbolicamente identificarem-se como pertencentes a uma posição determinada nesta estrutura transcendente. “*Como a religião é determinante no cumprimento das funções sociais, os leigos contam com ela para que lhes forneça uma explicação que também justifique a posição social ocupada por cada elemento*” (Bourdieu, 2007:46). Justificando a hegemonia das classes dominantes e reforçando simbolicamente a resignação da parte dominada, a Instituição garantiria além da reprodução do *status quo*, a sua própria sobrevivência. Desta forma, Bourdieu considera a Igreja Católica como uma instituição intimamente ligada com a esfera política e social “(...) *os especialistas religiosos devem forçosamente ocultar a si mesmos e aos outros que a razão de suas lutas são interesses políticos*” (Bourdieu, 2007:54).

Tal seria a inserção da Instituição Católica no campo da política que, *“Desta forma, a Igreja enquanto aparelho de tipo burocrático, reivindica eficazmente o monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão dos bens de salvação”*. (Bourdieu apud Pereira, 2006,13)

Assim, esta instituição religiosa, com grande atuação política, procurava a todo custo impedir a entrada de outras idéias de salvação religiosa ou social que oferecessem uma ameaça à dominação hegemônica do catolicismo que em boa parte do ocidente estava atrelada aos Estados nacionais. Assim, a vitória do comunismo sobre os Estados capitalistas poderia, também, promover a derrocada do catolicismo.

O aumento dessa competição entre os modelos políticos durante os anos 60, motivados pela guerra-fria acabou impulsionando também para a revisão de algumas bases da Igreja Católica. O comunismo procurava constituir sua base principalmente através das camadas populares urbanas, desta forma, para se defender da ameaça comunista, o Vaticano teve que repensar a relação entre a hierarquia e seus fiéis. *“Na década de 1955-1965 houve mudanças significativas na Igreja Católica Romana, tanto em nível internacional como no Brasil. O cauteloso e conservador Pio XII faleceu em 1958, e seu substituto João XXIII promoveu reformas importantes.”* (Mainwaring, 1989: 62). Para discutir estas reformas o novo papa agendou o Concílio Vaticano II, pois era urgente a necessidade da Igreja Católica de se adaptar ao mundo

secular moderno comprometendo-se a atuar efetivamente contra as injustiças sociais.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) propôs diversas mudanças chamando a atenção da instituição para seu compromisso social:

“declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou, por exemplo, maiores responsabilidades, co-responsabilidade entre o papa e os bispos, entre os padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de igreja como povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações” (Mainwaring, 1989:62).

Mesmo insistindo na conservação do poder da hierarquia da Igreja Católica e na idéia de que sua missão estava acima de qualquer política partidária; os padrões da Instituição em relação à fé e ao mundo sofreram grandes revisões, principalmente quanto a relação da Instituição com os fiéis.

Com estas mudanças, o Vaticano continuava detendo grande poder político e ideológico, pois realizando as reformas, impulsionadas pelo crescimento de um grupo reformista na Igreja, esta se reestruturava e adaptava-se aos anseios daquela época.

As novas atitudes reformistas questionavam principalmente os ideais triunfalistas dos anos 40, no modelo da neocristandade a Igreja era uma sociedade perfeita, já para os reformistas a própria Instituição também tinha falhas que deveriam ser corrigidas. *“Ao invés de perceber a Igreja como instituição acima do mundo, os reformistas acreditavam que a Igreja deveria tornar-se uma serva do mundo”* (Mainwaring, 1989:68). Seguindo um discurso de resignação, em primeiro lugar a Igreja Católica reconheceu-se

como parte do mundo, para em seguida poder atuar nele e assumindo sua obrigação de livrá-lo dos problemas.

O Concílio Vaticano II e a ascensão da camada reformista dentro da Igreja acabaram exercendo grande influência nos países da América Latina, na efervescência dos movimentos populistas que reivindicavam direitos sociais. A aproximação do Vaticano com o povo, motivou a criação de organizações leigas e intensificou a maior participação da esquerda católica nos debates políticos na década de 60.

“O Vaticano II era um evento europeu, dominado por bispos e teólogos europeus e dirigido principalmente à Igreja européia. Curiosamente, no entanto, as reformas do Concílio conduziram as mudanças que foram mais significativas em alguns países da América Latina do que na própria Europa” (Mainwaring, 1989:63)

Uma outra questão que devemos explorar neste trabalho, esta relacionada à composição interna da Instituição Igreja Católica. Consideramos importante em primeiro lugar, salientar a diferença entre religião e Igreja Católica, já que em vários momentos da história, a instituição atuou em discordância com alguns dos preceitos considerados mais básicos da religião Católica (paz, caridade, etc.). Devido ao papel político e social que se prestava e, principalmente, à humanidade de seus representantes, a Igreja Católica pode ser considerada uma instituição poderosa e combativa.

Gramsci (1978) atribuiu a sobrevivência desta instituição e o poder conquistado por ela, a três características: o alto grau de organização hierárquica alcançado, a democracia no ingresso de clérigos¹ e a adaptabilidade da religião às diversas classes sociais. Estas características

chamam a atenção para outro ponto importante que devemos considerar em toda nossa análise. Por ser uma religião relativamente acessível e participativa², o catolicismo assumia várias adaptações de acordo com o grupo de fiéis em que ela estava inserida.

“Toda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multidão de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também variado e desconexo.” (Gramsci, 1978:144)

No âmbito institucional, a Igreja Católica, desde seus primórdios, também comportou diferentes correntes internas, explicadas pela formação democrática da instituição e motivadas pelos contextos históricos diferenciados.

“As lutas de tendências no seio da Igreja são sobretudo, para Gramsci, a ilustração dos diferentes tipos de crise interna que toda superestrutura atravessa – Igreja, sindicato ou partido político -. Ao contrário da concepção mecanicista que vê em toda crise política o reflexo dos conflitos estruturais, Gramsci sublinha a necessidade de distinguir aos atos políticos – ou as ideologias – orgânicos daqueles puramente organizacionais (Portelli, 1984:149)

Considerando a existência de diversas correntes de pensamento e atuação em todas as camadas hierárquicas da Igreja Católica, este debate torna-se essencial à pesquisa ao considerar as mobilizações da Instituição como representações de um grupo de alguma forma dominante naquela “camada institucional”. Em outras palavras, no momento em que o Vaticano se lança na luta contra o comunismo internacional, a Arquidiocese de Mariana decide reproduzir no “O Arquidiocesano” uma matéria apoiando o Golpe Militar no Brasil, estas certamente não agradariam da mesma forma a todos

aqueles que faziam parte destas instituições, mas manifestavam o interesse de uma parcela determinante naquele meio.

Desta forma, em nossa pesquisa consideramos a posição predominante entre os grupos e instituições analisados, porém, não deixamos de considerar as diferentes correntes que fazendo parte delas nem sempre têm suas opiniões vindas ao público, sobretudo nos órgãos oficiais de imprensa que devem zelar pela unidade da Instituição.

I.2 O JORNAL “O ARQUIDIOCESANO”: CARACTERÍSTICAS E RELEVÂNCIA.

Do início dos anos 60 em diante, os meios de informação passariam por uma intensa revolução . O rádio, por exemplo, já havia se popularizado no Brasil e as transmissões televisivas começavam a seguir o mesmo caminho. (Raboy & Solervicens, 2005). Mas a imprensa escrita ainda era o meio de informação economicamente mais acessível à grande população do início da década e certamente detinha um grande poder de mobilizar as massas.

Discorrendo sobre a sociologia da imprensa, Max Weber * chama a atenção que, para realizar um estudo que envolva algum jornal impresso, torna-se muito relevante levar em conta algumas características que identificam publicamente este jornal como sua tiragem, periodização, como ele sobrevive economicamente e qual é seu comprometimento com os seus

clientes. O autor relaciona todo jornal a dois tipos de clientes, estes determinariam as características do impresso.

“os primeiros são os compradores do jornal e estes compõem-se ou de uma massa majoritária de assinantes ou de uma massa majoritária de compradores individuais – uma diferença cujas conseqüências infundem à imprensa dos diferentes países um caráter decisivamente distinto – ; os segundos são os anunciantes, e entre esse leque de clientes produzem-se as inter-relações mais curiosas. É certamente importante, ao se perguntar, por exemplo, se um jornal tem muitos anunciantes, saber se tem muitos assinantes e, em menor medida, também o inverso.” (Weber, 2002)

Em nosso estudo, concentramos nossas análises no periódico “O Arquidiocesano”, que como o seu subtítulo indicava, era considerado o “órgão de comunicação oficial da Arquidiocese de Mariana”. Seu editor chefe era o próprio Arcebispo, Dom Oscar de Oliveira. Distribuído semanalmente com tiragem de seis mil exemplares por aproximadamente 72 cidades que faziam parte da jurisdição eclesiástica da Arquidiocese de Mariana.

Historicamente o periódico dava continuidade ao trabalho realizado pelos bispos e arcebispos anteriores a D. Oscar, pois, de certa forma, era uma tradição na Arquidiocese de Mariana utilizar periódicos para se comunicar com os fiéis. A partir do momento em que a liderança eclesiástica era substituída, um novo jornal surgia, seguindo as orientações do novo líder. (Anexo A)

Financeiramente o semanário sobrevivia de um grande número de assinaturas anuais, e de raros anúncios comerciais, um determinado número de exemplares ficava reservado para ser vendido separadamente, outra porção era distribuída gratuitamente nas igrejas.

A importância de ler e contribuir com o jornal católico foi um dos pontos mais reforçados pelo próprio periódico, desta forma, a Arquidiocese de Mariana em várias ocasiões vinculou matérias discutindo sobre a importância social destes jornais católicos e da necessidade dos verdadeiros fiéis em contribuir com estas folhas.

“O valor da imprensa”

O Cardeal Maffi, Arcebispo de Pisa, compreendia bem o alcance do apostolado pela imprensa católica, quando assim falava aos seus sacerdotes.

Caros vigários, vós pregais domingos, mas o jornal prega diariamente e a qualquer hora.

Vós esperais os fiéis na Igreja. O jornal porém, acompanha-os por toda parte, em casa, nos hotéis, no trabalho, nos bares.

Vós pregais meia hora, ou mesmo uma hora inteira, descendo depois do púlpito. O jornal, entretanto jamais se retira, e pacientemente espera quantos o encontram para dizer-lhes os mesmos ensinamentos.

Vós falais aos que vão a Igreja. O jornal por sua vez é lido por todos indistintamente.

Há por ventura, pregador mais tenaz e até direi quase agressivo?

Longe de mim menosprezar o valor da pregação sagrada. Dedicolhe toda a estima e veneração, como o quer o Evangelho e a Igreja.

Pergunto, porém, aos meus irmãos no sacerdócio: Como não utilizar a imprensa católica para o bem das almas, tanto quanto nos seja possível?

Sirva-nos do complemento de nossa pregação para formar as inteligências cristãs e as consciências na integridade e retidão dos costumes, para obter a conquista das massas, para difundir a verdade por toda parte.

(“O Arquidiocesano”, nº198, dia 30 de Junho 1963, pg. 1 e 4).

Embora em grande maioria escrito por intelectuais eclesiásticos, O “Arquidiocesano” apresentava uma linguagem simplificada e imagens, para que grande parte da população tivesse acesso às notícias e orientações que estavam presentes no mesmo. O jornal contava com um grande número de religiosos que cooperavam para sua edição, além destes, uma parcela destas notícias eram retiradas das páginas de outros meios, como, jornais e revistas, alguns deles internacionais.

As folhas do semanário ocupavam-se dos mais diversos acontecimentos religiosos que ocorriam na região da Arquidiocese, entre eles: festas, procissões, visitas eclesiais e a inauguração do museu arquidiocesano. Mas, além de ser um jornal católico, “O Arquidiocesano” exibia em suas publicações receitas culinárias, passatempos, piadas, quadrinhos, curiosidades e também política. Durante os anos 60, o periódico procurou encampar em suas páginas vários debates sobre a legalidade do aborto e do divórcio, por exemplo, assuntos públicos que, segundo o pensamento da hierarquia eclesial, eram de grande importância para a Igreja Católica. Por outro lado, o periódico comprometia-se a se afastar de qualquer outra discussão política que não envolvesse questões religiosas, como comprova a matéria inaugural do periódico, escrita pelo próprio arcebispo D. Oscar de Oliveira.

“Razão dêste Jornal – Dom Oscar de Oliveira”

Pelo nosso jornal interar-se-ão Clero e Fiéis dos Decretos e escritos do Prelado, dos mais importantes atos da Cúria Metropolitana e da vida espiritual de toda a Arquidiocese. Concorrerá êle para tecer e entrelaçar a história eclesial de nossa circunscrição eclesial através das notícias de todas as Paróquias. E que de muitos estímulos não advirão daí. (...)

Terá ainda por escopo o nosso seminário, levar às almas o conhecimento da doutrina social da Santa Igreja; defenderá êle os direitos de Deus e da comunidade Cristã, com absoluta isenção e independência de partidarismos políticos, pois nossa Política é o Evangelho.

(“O Arquidiocesano” n° 1, dia 29 de Junho de 1959, pg. 1).

Segundo esta matéria, o jornal teria liberdade para informar sobre os acontecimentos civis mundiais, mas não deveria expor em suas folhas nenhum posicionamento político de caráter partidário. A proposta inicial do periódico seria então se ater aos assuntos religiosos e relativos à Arquidiocese Marianense, mas semanas depois, já era possível identificar nas folhas do “O

Arquidiocesano” matérias atacando as greves, a União Soviética, Cuba e principalmente o comunismo. O periódico, além de ser um meio de informação, deveria ser considerado então, um instrumento que procurava formar opiniões contrárias ao comunismo e a favor de algumas posições políticas.

Durante os cinco primeiros anos de impressão do periódico, ou seja, o que corresponde a 276 exemplares, identificamos dezenas de matérias que faziam referência direta ao combate da Igreja Católica ao comunismo internacional, matérias estas, escritas por diversos autores, entre eles transcrições do papa Pio XI.

Nossa pesquisa busca identificar que durante a batalha contra o comunismo, o “O Arquidiocesano”, representando a Arquidiocese de Mariana, ultrapassou os limites de atuação que foram propostos em seu primeiro exemplar, passando assim a vincular matérias carregadas de ideologia política. Se a maioria das observações políticas realizadas pelo periódico, procuravam aproximar os assuntos ao universo religioso, algumas das matérias publicadas não faziam muitas referências ao catolicismo ou então se relacionavam com algum partido ou orientação política.

Através desta análise, acreditamos que a Arquidiocese de Mariana utilizou o periódico “O Arquidiocesano” como um importante instrumento de propagação de suas idéias anticomunistas, alinhando-se aos interesses do Vaticano na luta contra a ameaça comunista. Além de inserido no projeto de

luta do Vaticano contra o comunismo internacional, o periódico também participou dos debates acerca dos acontecimentos políticos e econômicos mais relevantes da agitada década de 1960. Assim, depois de esclarecido o rompimento do projeto de isenção de partidarismos, acreditamos que na passagem dos anos 60, a visão política predominante na Arquidiocese de Mariana tenha se aproximado dos projetos conservadores e anticomunistas defendidos por vários grupos sociais, que assumiram no Brasil a liderança do movimento de intervenção militar em 1964, que inauguraria o período de Ditadura Militar no Brasil.

Nosso trabalho se apoiará principalmente na análise qualitativa de algumas matérias publicadas no seminário “O Arquidiocesano” entre os anos 1959 a 1964 que fazem de alguma forma referência ao contexto político e econômico mundial e brasileiro, e que tem vínculo direto com a temática do combate ao comunismo.

No primeiro capítulo procuramos identificar, na gênese da sociedade mineira, algumas características que passariam a fazer parte do “catolicismo mineiro”. A partir daí, procuraremos demonstrar que muito deste conjunto de características foram utilizadas pela Arquidiocese de Mariana ao longo dos anos, quando esta sentiu a necessidade de defender-se dos grupos considerados inimigos, durante a sua trajetória institucional.

No segundo capítulo nos concentraremos em analisar o embate entre Igreja Católica e comunismo, que havia se intensificado durante a década de

60. Analisaremos também as formas que as organizações anticomunistas encontraram para representar seus inimigos e os meios encontrados para combatê-los.

O terceiro capítulo se dedica à análise das matérias do periódico que se relacionavam com as questões políticas internacionais, dentre estas chamam atenção às referências a revolução russa, a intentona comunista e a revolução cubana.

Finalmente, no quarto capítulo analisaremos o contexto dos anos 60 no Brasil. Utilizando a narrativa histórica, procuraremos demonstrar que nos vários momentos em que houveram disputas entre setores reformistas e conservadores anticomunistas o “O Arquidiocesano” procurou manifestar seu apoio aos projetos defendidos pelos conservadores.

Acreditamos que esta divisão nos possibilite chegar de forma mais facilitada ao nosso objetivo, que é mostrar como a Arquidiocese de Mariana, através do “O Arquidiocesano”, procurava orientar seus fiéis sobre os vários assuntos inerentes a política nacional e mundial relacionados ao comunismo, pois é desta forma que seria possível fazer com que os leitores acreditassem que o perigo comunista era uma ameaça próxima a todos.

CAPITULO I – PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA

Para entendermos a posição adotada pela Arquidiocese de Mariana manifestada através do seu jornal oficial durante os processos de edificação do golpe militar e de combate ao “perigo comunista” durante a década de 1960, consideramos importante analisarmos, mesmo que de modo parcial e conciso, a posição que esta Instituição vem adotando ao longo do período de sua existência. Pois, embora nosso objeto de estudo compreenda-se principalmente na segunda metade do século XX, acreditamos que *“não há como compreender as instituições religiosas hoje existentes sem localizá-las nas disputas históricas que conformaram o campo político”* (Novaes, 2002:63).

Neste sentido, vale destacar que a religião exerceu papel preponderante em todo o processo de colonização do Brasil, bem como na gênese da sociedade mineira. Desde as primeiras descobertas de ouro, por aventureiros de todas as partes, pôde-se notar a importância desempenhada pelo catolicismo, na fixação da população, na criação de uma identidade nacional e no estabelecimento de regras sociais.³

Na medida em que se espalhou pela colônia a notícia do possível enriquecimento rápido através da extração do ouro encontrado nas Minas, aumentou o fluxo populacional naquela região. Assim, os arraiais construídos durante os primeiros anos da exploração passaram a agrupar um número cada vez maior de pessoas, e em seguida transformaram-se nas primeiras vilas de Mina Gerais. Os colonos que ali se estabeleceram, passaram a contribuir com algumas características relevantes na sociogênese religiosa daquele povo.

As enormes influências portuguesas do norte sobre o tipo de religiosidade que se gestava na área cultural das minas implicava um catolicismo que no rastro daquele vindo da metrópole, nos séculos XVII e XVIII, pretendia se impor como totalidade única e absoluta, não abrindo espaço para qualquer expressão religiosa alternativa. (Mata 1996:57)

Segundo Hoornaert (1991), do processo de conquista espiritual no início da colonização observa-se o predomínio do “catolicismo guerreiro” nas Minas Gerais. Segundo ele,

A idéia do catolicismo guerreiro reporta para a prática de uma militância cristã pautada no espírito de luta contra os inimigos da fé, predominante na Península Ibérica. Herdeiros deste espírito medieval das Cruzadas, os colonizadores portugueses transformaram a empresa colonial em uma empresa sagrada. (Hoornaert, 1991:32).

Esta combatividade do catolicismo mineiro continuou sendo identificada depois do período de colonização das Minas Gerais, principalmente quando surgiu a necessidade de defender o território, os costumes e o povo contra os inimigos da fé.

Outra característica do catolicismo mineiro, apontada por Mata (1996), é o baixo nível de permeabilidade simbólica e a “recusa ao sincretismo”, que foram trazidos para as Minas principalmente pelos colonos vindos do norte de Portugal (região que contribuiu com grande parte dos colonos que se estabeleceram nas Minas no século XVIII). Com o passar do tempo a baixa penetração simbólica contribuiu para a preservação de uma religiosidade tradicionalista e conservadora que daria base à sociedade que se fundava, e que viria, em vários momentos, a ser utilizada para protegê-la de “ameaças”.

Unindo os interesses de proteger e disseminar no Brasil, um catolicismo de moldes ibéricos, Figueiredo (1998) observa que uma das estratégias de preservação simbólica e afirmação pública da religiosidade, seria a grande

afeição dos mineiros ao exteriorismo e às práticas devocionais externas. Assim as procissões, danças, penitências, romarias, ex-votos, peregrinações e culto às imagens, ao impor a participação pública das pessoas que desejassem ser bem vistas socialmente, compeliavam muitos à conversão, ao menos pública, para o catolicismo. Na mesma medida, estas exteriorizações da fé apresentavam aos fiéis um conjunto de símbolos sagrados que passavam de alguma forma, a fazer parte do cotidiano das pessoas, garantindo assim um maior contato e preservação das tradições religiosas. Analisando as características apresentadas, podemos identificar que o “catolicismo mineiro” acreditava ter a missão de propagar a fé católica afastando-a do sincretismo e das influências externas. Para firmar-se em sua tarefa, era necessário agir combativamente contra os inimigos da fé e garantindo a perpetuação dos símbolos da tradição católica.

Se desde o início da colonização, o “catolicismo mineiro” tinha de certa forma delineado seus objetivos, a Igreja Católica não havia conseguido se estabelecer de forma eficiente na colônia. Nos primeiros séculos do período colonial, a Igreja Católica procurou em linhas gerais, manter certo acordo com a Coroa portuguesa a fim de garantir sua presença em território brasileiro. Desta forma, ambas as instituições se fortaleceriam. *“Por um lado, o Estado gozava do privilégio de receber dízimos e rendas e, por outro era responsável por edificar templos, erigir dioceses e paróquias, incrementar missões entre os índios e manter os missionários”* (Lima, 2004:23).

Neste período, o qual a Igreja Católica de Minas Gerais ainda não tinha uma base institucional bem organizada, as irmandades católicas assumiram várias responsabilidades religiosas cotidianas, como a construção dos templos, os pagamentos dos ofícios religiosos e assistência aos consortes.

A presença das irmandades leigas se fez ainda nas primeiras povoações e se instalaram muito cedo, antes mesmo da implantação do aparelho burocrático e militar e da fundação das primeiras vilas. Neste sentido, as irmandades surgem como instituições nas quais a população buscava apoio mútuo e solidariedade face a uma realidade instável e insegura, proporcionando ajuda espiritual e material, antes mesmo do Estado se fazer presente. (Figueiredo, 1998:103)

Segundo Boschi (1986), as irmandades católicas tiveram grande responsabilidade no estabelecimento e manutenção de algumas regras religiosas; no grande número de negros que se converteram ao catolicismo nas Minas Gerais e também por alguns elementos que permitiriam que a instituição Católica que se formaria nos séculos seguintes atingisse uma grande vitalidade organizacional.

A presença de um grande número de escravos negros na região da extração do ouro sempre representou uma grande ameaça, tanto para o Estado português como também para a Igreja Católica. Mesmo que as irmandades católicas absorvessem um bom número de negros ao catolicismo, a expressão cultural africana, concorrente da europeia, e o perigo de revoltas escravas, fizeram que a Coroa portuguesa com o apoio da Igreja Católica, procurasse impedir que os africanos tivessem contato com um universo religioso distante dos padrões do catolicismo⁴

Com o crescimento do número de pessoas freqüentando a região das Minas em busca do ouro, entre eles uma grande população de escravos africanos, a Coroa Portuguesa sentiu uma maior necessidade de implantar na região aurífera, instituições que garantissem a manutenção dos padrões morais e das regras sociais. Desta forma, *“no intuito de impedir essa diversidade de manifestações que fugiam dos padrões europeus e moralizar a Igreja mineira, foi criado o Bispado de Mariana em 1745”* (Pires, 1997).

O catolicismo passou a ser definitivamente a base da sociedade mineira, pois com a sua criação, o Bispado de Mariana passou a aglutinar em torno de si diversas funções sociais,

“mais que uma instituição voltada exclusivamente para o religioso, a Igreja Católica desempenhava as funções de registro civil, de escola, de centro de serviço social, de organizadora de festas e de reguladora da família” (Oliveira, 1986:14)

Na medida em que o catolicismo estava presente em diversos eventos sociais, ninguém poderia viver alheio aos aspectos religiosos,

(...) onipresença de um conjunto de crenças e práticas que o indivíduo já encontra dominantes ao nascer e que o acompanharão, mantendo-o dentro do raio de uma ação constante e poderosa. Ele participará dos atos da religião, das cerimônias do culto, com a mesma naturalidade e convicção de que quaisquer outros acontecimentos banais e diuturnos da sua existência terrena; e contra eles não pensaria um momento em reagir. Será batizado, confessará e comungará nas épocas próprias, casar-se-á perante um sacerdote, praticará os demais sacramentos e freqüentará festas e cerimônias religiosas (Prado Júnior, 1982: 328, citado por Figueiredo, 1998: 102).

Desta maneira foi trazido para as Minas Gerais um catolicismo oficial que estaria presente na vida das pessoas com a intenção de estabelecer regras para a população mineradora. Mas este rígido catolicismo sofreu adaptações e agregaram-se manifestações cotidianas populares que fugiam da idéia do

catolicismo oficial, difundindo um catolicismo popular ibero-americano (Oliveira 2005:32).

Somente a partir da metade do XIX, período que a mineração entrava em declínio e começava a ser substituída pela agricultura, o “axioma teológico fundamental da Igreja tridentina”⁵ é introduzido de forma mais concreta no Brasil.

A região de Minas Gerais já estava bem populosa e desenvolvida, logo era necessário assegurar a penetração e controle das instituições européias na colônia, afastando também o perigo das influências culturais negras, indígenas, ou maçônicas. A romanização, como foi chamado este processo, ganhou força principalmente com a declaração da Independência do Brasil (Oliveira: 1980). Minas Gerais viria a ser um dos grandes centros da difusão dos ideais tridentinos especialmente pelo papel que desempenhou a Diocese de Mariana neste processo.

Com a declaração de independência em relação a Portugal, os eclesiásticos no Brasil não ganharam muita autonomia, isto por que a monarquia brasileira conseguiu fazer com que o regime de padroado não se extinguisse. Assim, o grande controle que a Coroa portuguesa detinha sobre os eclesiásticos no Brasil, passaria naquele momento, integralmente para as mãos dos novos monarcas, aumentando também a fiscalização das atitudes dos clérigos.

“é nesse período que se assiste ao enfraquecimento da esfera religiosa brasileira: o clero secular vai depender de maneira mais acentuada do Imperador para sua sobrevivência, e as ordens mais independentes

tiveram sua esfera de atuação sensivelmente diminuída durante os dois reinados” (Paiva, 2003:62).

A Igreja Católica brasileira procurou neste período organizar-se e se fortalecer institucionalmente, entretanto, isto não representava um movimento de contestação à influência do Estado, pois em momentos de conturbação política, social ou situações de conflitos externos, eles novamente se uniram para fazerem valer suas posições em prol da “ordem e da nação”.

Nesta reforma, a Igreja Católica procurou interferir muito pouco nas questões políticas ou sociais, por exemplo, pouco se manifestou diante da continuidade do regime escravocrata até o final do século XIX, o que, de certo modo facilitava a permanência de tal regime. As suas preocupações durante o período imperial não estavam tão voltadas aos problemas sociais, mas sim para o estabelecimento de uma base hierárquica organizada no Brasil.

“Nesse sentido, mesmo após a Declaração da Independência, a atuação da Igreja Católica se dava mais no sentido de legitimar o status quo do que contestá-lo. O clero estava ligado ao poder monárquico e à elite agrária daquele período. Se a influência da Santa Sé fosse maior, acreditamos que pouco teria mudado no que concerne às práticas conservadoras da Igreja, tendo em vista que as orientações de Roma também eram conservadoras.” (Oliveira 2005:34)

O Vaticano buscava fortalecer a Igreja Católica pelo mundo. No Brasil a romanização procurava principalmente estabelecer uma hierarquia eclesiástica mais eficiente e delinear regras de conduta mais rígidas aos eclesiásticos. No bojo deste projeto⁶, a Diocese de Mariana novamente assumiu um papel importante na concretização das propostas vindas do Vaticano.

“Se a Diocese de Mariana, no período colonial, tinha como motivo principal de sua existência a regularização das atividades religiosas na

região das Minas e recolher impostos, no século XIX seu destaque se dava pela iniciativa de impor maior disciplina tanto na formação quanto na prática eclesial, seguindo à risca os ditames conservadores do Vaticano.” (Oliveira 2005:36)

Com a entrada do período republicano pouco mudaria na relação entre Estado e Igreja. Declarado o fim do padroado, a Igreja Católica brasileira se concentrou em dar prosseguimento ao processo de romanização. Era essencial para a Instituição promover uma grande disseminação e desenvolvimento institucional, ou seja, um conjunto de reformas internas apoiadas pelo Vaticano, necessárias para assegurar o apoio do novo Estado. Neste projeto, o Estado laico deveria apoiar e propagar a doutrina social proposta pela Igreja Católica. Para garantir este apoio a hierarquia eclesiástica brasileira procurava retribuir: *“a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidades”* (Miceli 1979:51).

Neste período, a Igreja Católica brasileira empenhou-se reorganizar a sua divisão hierárquica, isto é, na primeira metade do século XX aumentaram significativamente o número de dioceses e arquidioceses em todo o Brasil, facilitando ainda mais a administração eclesiástica nacional.

Em 1900 são 17 circunscrições eclesiásticas; dez anos mais tarde, seu número já se eleva a 30, e em 1930 o Brasil conta 88 circunscrições eclesiásticas. Os seminários maiores e menores também se multiplicam. Em suma, num período de 40 anos o fraco aparelho eclesiástico do final do Império transforma-se num formidável organização, de sólida disciplina interna, com controle sobre suas bases leigas, e capaz até de fazer demonstrações de força ao Estado (Oliveira, 1986:293).

“A Igreja mineira antecipou mudanças que iriam ocorrer em nível nacional, principalmente sob a liderança de Dom Sebastião Leme e os líderes

leigos do Centro Dom Vital” (Mainwaring 1989:46), pois novamente a diocese de Mariana assume um papel relevante nos planos do Vaticano ao ser elevada a Arquidiocese em 1906.

No início do século XX os esforços da Igreja Católica também passaram a se concentrar em afastar os perigosos socialistas, pois ficava clara a importância de lutar pela maior atuação nos aparelhos ideológicos na nova organização trabalhista mundial. A fundação de várias organizações leigas católicas no Brasil (entre elas: em 1891 a “União Operária Beneficente”, em 1908 a “União Popular do Brasil”, em 1915 a “União dos Moços Católicos”) atestava que, como ocorria em outras as partes do mundo, a Igreja Católica empenhava-se em criar grupos que atuassem mais aproximadamente aos operários e povo em geral. Basicamente os objetivos de todas elas eram: *“promover a ordem cristã na sociedade, promover a refutação de todos os ataques dirigidos contra a religião católica e combater a tendência revolucionária no terreno social”*. (Passos 1991: 16-17)

Conforme observamos anteriormente, assim que Igreja e Estado sentiam-se ameaçados, muitas vezes usavam a estratégia de fundir alguns de seus símbolos procurando fortalecerem-se mutuamente contra um inimigo comum. Era o que estava acontecendo no início do século XX em relação ao socialismo. Porém, esta aliança não deve ser entendida como controle da Igreja pelo Estado ou vice-versa, e sim um “acordo” em que ambas as partes tinham interesses comuns. Em Minas Gerais este acordo entre Igreja Católica

e Estado nacional foi denominado de Santa Harmonia, um de seus grandes defensores foi Dom Silvério Gomes Pimenta.

Dom Silvério concentrou seus esforços na Santa Harmonia, que misturava os elementos apresentados de um lado, a Santa Harmonia trabalha no plano da alteridade (se deve existir harmonia é por que existem dois lados); por outro lado a utilização de símbolos nacionais em cerimônias religiosas demonstravam o interesse de unir o cívico e o eclesiástico”. Não é um movimento de independência, mas de complementaridade e identidade. (Mata, 1996:95)

Podemos identificar esta aliança simbólica, por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial. De acordo com o seu projeto, o discurso oficial da Igreja Católica passou a aproximar-se daquele defendido pelo Estado nacional ressaltando ainda mais o nacionalismo. Defender uma intervenção armada obviamente não fazia parte dos ideais do cristianismo, mas a hierarquia eclesiástica brasileira apoiou-se no discurso que havia a necessidade de se travar uma “guerra justa” para defender um grande número de pessoas inocentes.

Ficava claro que D. Silvério havia identificado estas condições de “guerra justa” durante a Primeira Guerra Mundial, e como havia feito D. Viçoso no período da Guerra do Paraguai ou então outros eclesiásticos haviam identificado nas lutas contra os mouros, hereges, maçons, etc. Como aponta Hoornaert, o “catolicismo guerreiro” foi transposto para as Minas Gerais e fazia parte do conjunto de características do catolicismo próprio daquela região. Assim, os bispos e padres de Mariana em alguns momentos, defenderam a obrigação dos brasileiros de pegar em armas para honrarem seu solo.

Procure V. Rvma jeitosa, mas insistentemente, e nas mesmas conversações familiares, combater a aversão que em muitos lugares, tem o nosso povo ao serviço militar. Lembre V. Rvmas aos fiéis a obrigação de prestarem à Pátria os misteres que ela de nós exige para sua conservação e honra, e que este serviço devidamente prestado é de grande merecimento diante de Deus a às vezes toma proporções de verdadeiro martírio. (Pimenta, 1921: 194-199)

Nas Minas, atrelar um dever cívico e patriótico ao discurso católico não despertou muitos problemas para o clero. A manutenção de um pensamento civil e católico ligado à Santa Harmonia já havia sido historicamente desenvolvido naquela região, pois para grande parte da população um grande número de símbolos congregavam referências ao bom cristão e ao bom patriota.

Na metade dos anos 1920, os detentores do poder civil aproximaram-se ainda mais da Igreja Católica, pois iniciou-se um período de muita insegurança, descrédito e agitação política. Assim, os chefes civis viram no catolicismo um importante recurso de mídia para fortalecer suas atuações políticas naqueles anos tormentosos. A Santa Harmonia se consolidou ainda mais nas Minas após seguidas visitas do governador à Mariana.

“A confluência ideológica entre Estado e Igreja, numa dimensão até então inédita na história brasileira oferecia uma oportunidade única para aqueles que defendiam as estratégias da instituição católica. O entusiasmo pela nova ordem era tamanho que nem mesmo a tradicional oposição eclesiástica a revoltas, golpes e revoluções não se sustentava. A razão para isto reside na percepção de que a ascensão da nova elite política não significava a aceleração da laicização do Estado e da sociedade. A nova ordem se constituiria sobre os valores considerados essenciais por ambos os lados. Ser moderno agora era ser tradicional” (Mata, 1996:111)

A partir de 1936, com a realização do II Congresso Eucarístico Nacional passou a ser discutida a presença de um espírito essencialmente católico nas Minas Gerais, o que provavelmente acabou contribuindo ainda

mais para a cristalização do complexo de imagens que faziam com que este estado fosse considerado “o santuário da fé” e “protetor dos bons costumes e a pátria”.

O ambiente político brasileiro, conturbado nos anos 40 novamente provocou uma grande aproximação de diversos setores da Igreja Católica “*Em situações históricas nas quais se verificava grande aproximação entre o poder político e religioso, reforçava-se neste último na mesma medida, uma tendência à ortodoxia*” (Mata 1996:121). Foram reduzidos o pluralismo eclesial e o nível de tolerância em relação àqueles pensamentos que não congregavam do catolicismo tradicionalmente identificado nas Minas. Assim, através da mesma operação de repúdio, vários foram os eleitos inimigos da fé católica durante os anos, entre eles, o protestantismo, a maçonaria, o liberalismo, o positivismo e o comunismo.

“A relação entre o Estado e a Igreja era facilitada porque esta última dava ênfase à ordem, ao nacionalismo, ao anticomunismo e ao patriotismo, o que coincidia com a orientação de Vargas. Inclusive muitos católicos acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo conseguiria superar os males do liberalismo e do Comunismo”. (Mainwaring, 1989:47)

É importante ressaltarmos que até aquele momento, os combates que a Igreja Católica brasileira se dispôs a participar não se prolongavam às mudanças sociais. “*A Igreja não encarava a transformação da sociedade como função dela. Muito pelo contrário, via as transformações sociais como sendo prejudiciais à ordem católica e cristã tradicional*”. (Oliveira 2005: 43)

Principalmente na segunda metade do século XX, diversos fatores começaram a influenciar o discurso e os objetivos da hierarquia católica. Um

grande número de pessoas que viviam nos campos ficou desempregado devido ao aumento da tecnologia agrícola, mudando-se assim para a área urbana. Esta nova parcela da população, formada por migrantes, demandava melhorias nas condições sociais nos campos e nas cidades e acreditava que a Igreja Católica deveria assumir sua parcela neste compromisso social (Oliveira: 2005). A pressão de um grande contingente populacional em relação ao descaso da instituição católica frente ao flagelos cotidianos da sociedade poderia resultar na perda de fiéis e de poder ideológico desta instituição.

Assim, nos anos 50 a relação entre Estado e Igreja sofreria mudanças consideráveis. Principalmente quando o presidente Getúlio Vargas decidiu em 1951 nomear uma comissão para estudar a distribuição de terras no Brasil. A reforma agrária não fazia parte dos interesses nem da Igreja Católica naquele momento, e muito menos de seus aliados representantes das elites políticas locais.

O período posterior foi um dos mais agitados dentro e fora do campo religioso: Em 1958, João XXIII assume o papado e agenda um concílio para tentar debater e mudar a Igreja Católica em vários aspectos, principalmente em relação ao compromisso social ao qual a instituição estava sendo cobrada a assumir internacionalmente. Pouco tempo depois, em 1959, deflagra-se a Revolução Cubana, trazendo o comunismo para América, o que representou para muitos um grande aumento do perigo à penetração dos “pensamentos

vermelhos” no país, tornando necessária a revisão das estratégias de combate contra uma revolução comunista no Brasil.

“Cuba inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços para promover uma mudança radical; outras, a adotar defesas intransigentes da ordem vigente e outras, ainda, a promover o reformismo como meio de abortar a revolução”. (Mainwaring, 1989:64)

Apesar da grande reprovação dos católicos mineiros às mudanças e ao comunismo, algumas uniões católicas leigas, entre elas a JUC e Ação Católica, sofriam maiores influências de movimentos estudantis. Contrariando os projetos da hierarquia eclesiástica e de certa forma deixando clara uma corrente de pensamento politicamente diferenciada da proposta do Vaticano, pois criticavam o Capitalismo e propunham amplas transformações sociais (substituição do regime de propriedade privada, primazia do trabalho sobre o capital, etc.).

Enquanto as uniões leigas trilhavam um caminho reverso ao projeto de D. Viçoso, os acontecimentos políticos brasileiros do início dos anos 60 acabariam complicando ainda mais a antiga relação entre Igreja e a Estado nacional, pois em agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou seu cargo na presidência, deixando a dúvida sobre o cumprimento ou não da constituição, que mandava João Goulart, o vice-presidente, assumir sua posição na presidência. A ligação de Jango com a esquerda e muito provavelmente o comunismo, preocupava principalmente os militares e a porção mais tradicional da sociedade.

“A reação contra os movimentos progressistas começou a crescer entre os militares, a Igreja e as classes média e dominante. Esses movimentos conservadores, que se tornaram mais fortes nos anos que

antecederam ao golpe, preocupavam-se com a estagnação econômica, com a desordem social e com o crescimento da esquerda. A insipiente crise política ficou aparente em 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou e surgiram sérias tensões relativas à hipótese da presidência ser assumida por João Goulart”. (Mainwaring, 1989:64)

Inicialmente a Igreja Católica apoiou a posse legal de Goulart, mas durante o período que se seguiu, identificou-se próxima ao presidente a grande ameaça que o comunismo havia se tornado durante as últimas décadas. Os debates políticos propostos pela Revolução Cubana, pelos movimentos estudantis e pelas organizações trabalhistas, ameaçavam o poder simbólico que o catolicismo mineiro havia conquistado há muito tempo. A insegurança e os boatos de insucessos do comunismo em outros países só faziam com que o pensamento anticomunista aumentasse nos setores tradicionalistas da sociedade.

“O catolicismo tradicionalista mineiro mantinha consigo, inequivocadamente a matriz intolerante que caracterizava desde os tempos coloniais. Personificando o sentimento de medo e de ameaça representados pela alteridade, a figura do mal: Satã. No mais apresentar o comunismo como algo demoníaco era seguir uma prática que vinha de longe (...) todo adversário se tornava um herético e todo um herético um agente do Anticristo ou o próprio Anticristo.” (Delumeau, 1993: 397-398)

Como já havia acontecido, surgiu novamente a necessidade da Igreja Católica reorganizar-se internamente, diminuir diferenças e aproximar-se de grupos aliados e que compartilhassem posições políticas semelhantes àquelas adotadas pela Instituição.

O governo de João Goulart e suas movimentações políticas despertavam cada vez mais desconfianças em relação à sua aproximação com o comunismo internacional, ainda mais devido as suas ligações políticas e pessoais com Leonel Brizola, o qual a “direita” brasileira acreditava estar

arquitetando um golpe esquerdista que possivelmente promoveria a entrada do comunismo no Brasil.

Esta posição defensiva adotada por alguns setores considerados mais tradicionais e por vezes alinhados historicamente não era identificada somente nas Minas Gerais ou no Brasil. Estas organizações que unificavam diversos setores sociais contra a ameaça comunista faziam parte de todo um contexto mundial que estava relacionado ao período de “guerra fria”, onde havia uma competição ideológica entre os modelos políticos, econômicos e sociais identificados pelo capitalismo e comunismo.

Segundo Hobbes, *“a guerra não consiste só na batalha ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente reconhecida”* (Hobbes, 1651). Desta maneira historiadores como Eric Hobsbawn, assinalam a Guerra Fria como um destes períodos de grandes lutas ao menos no campo da conspiração,

“A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do “Breve século XX”, foi sem dúvida um destes períodos. Gerações inteiras se criaram a sombra de batalhas nucleares globais que, acreditavam-se firmemente podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade.” (Hobsbawn, 1995: 224).

Quando no Brasil, o presidente João Goulart pareceu posicionar-se ainda mais para o lado da esquerda, propondo profundas mudanças sociais e econômicas, vários setores sociais visualizaram neste ato seu apoio pessoal para a realização da revolução comunista no Brasil. Desta forma, a hierarquia católica uniu-se ao discurso dos militares no projeto de alertar a população brasileira e defendê-la da “ameaça vermelha” manifestando-se através de

diversos meios de comunicação sobre o desvio do presidente e o risco que corria o país. A partir deste grupo, surgiu um projeto⁷ defendendo que uma intervenção militar seria a melhor forma de evitar a penetração comunista no território brasileiro. Mesmo que esta atitude acabasse ferindo a constituição, este grupo acreditava necessário extrapolar alguns limites para assegurar a religião, a tradição, os bons costumes e a pátria.

Ocorreu então uma união de diversos setores da sociedade que se posicionaram contra esta ameaça de golpe esquerdista e a favor da deposição do presidente. Grande parte da Igreja Católica, dos militares e dos grupos dominantes utilizaram-se dos seus instrumentos ideológicos e passaram a agir, cada um em relação as suas motivações particulares, contra a ameaça comunista e assim afastar conjuntamente o comunismo do Brasil e das Minas.

“O terror ao comunismo era um fato unificador de grupos cujas motivações fundamentais eram seguramente distintas entre si. Seria, portanto, inadequado considerar que todos os que se mantinham avessos ao comunismo partilhassem uma única mesma visão de mundo, uma mesma ideologia. Os fatores que explicam o anticomunismo da Igreja não podem ser inferidos simplesmente a partir dos que explicam o anticomunismo das camadas dominantes, pois isto significaria dizer que ambas são uma única coisa.”(Mata, 1996:143)

Assim podemos analisar que a Igreja Católica Mineira, desde os primórdios da sua atuação nas Minas Gerais, foi identificada como uma instituição que detinha um alto nível de preservação simbólica, forte poder ideológico e organizativo; que conservava a fé, defendia a nação e os bons costumes. Também que na medida em que o contexto sócio-político tornava-se demasiadamente conturbado, a Igreja Católica Mineira, por não estar isolada, isto é, relacionando-se com os contextos brasileiros e internacionais,

interferia politicamente, (na medida dos seus interesses) procurando relevar diferenças e aliando-se a diferentes grupos da sociedade (principalmente ao Estado). Através dos seus aparatos ideológicos a hierarquia católica procurou por diversos séculos fazer com que sua mensagem de repúdio aos “inimigos do catolicismo” chegasse efetivamente até a opinião popular.

Desta forma no contexto de intensas agitações políticas e sociais que passava todo o Brasil durante a década de 60, identificamos novamente este interesse da hierarquia católica ao dividir com os militares e outros setores o discurso de urgência do golpe militar para “afastar o perigo comunista” e o presidente Goulart. Assim reinicia-se o processo polarização “bem e mal” em que a Arquidiocese de Mariana se utilizaria do semanário “O Arquidiocesano” para promover a associação simbólica do inimigo comunista com a desordem, subversão, as pragas e ao demoníaco ao mesmo tempo em que exaltaria seu projeto de defesa à pátria, os bons costumes, a tradição e religiosidade.

CAPÍTULO 2 - O ANTICOMUNISMO NO “O ARQUIDIOCESANO”

O pensamento comunista surgiu no século XIX, mas foi principalmente no século seguinte que a Igreja Católica passou a considerá-lo como grande concorrente dos ideais católicos (Motta, 2002). Isto por que os projetos comunistas propunham amplas reformas, as quais acabariam mudando várias características de toda a sociedade mundial, atrapalhando assim os anseios dos setores mais conservadores da sociedade, entre eles o Vaticano.

O mundo atravessava um período de mudanças econômicas e sociais e de grande insegurança causada principalmente pelas guerras do início do século XX. Neste período, grande parte da população do campo mudou-se para as cidades a procura de emprego e de melhores condições sociais. No Brasil o processo de transferência populacional do campo para as cidades se iniciou com a extinção da escravidão e posteriormente o declínio da produção cafeeira. Desta forma, já no início do século XX, era possível identificar que todas as partes do globo atravessavam um momento revisão das regras políticas, econômicas e sociais. Contexto este, muito favorável para a difusão das idéias revolucionárias comunistas.

Para garantir que o comunismo não conseguisse se disseminar por todo o mundo, realizando as reformas projetadas por ele, os setores conservadores da sociedade procuraram se agrupar contra o comunismo. Segundo Rodrigo Pato Sá Motta, os anticomunistas, como eram chamados estes conservadores,

não era uma frente homogênea, mas que reunia grupos políticos diversos, somente pela recusa ao comunismo. Dentre estes grupos *“A Igreja católica se constituiu provavelmente, na instituição não estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como um Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX”* (Motta, 2002:15).

Acreditamos que se torna relevante então, fazer uma análise sobre quais elementos simbólicos fazem com que a Igreja Católica considere o comunismo uma das piores ameaças à sociedade. Também consideramos importante identificar quais foram as maneiras que esta Instituição encontrou para fazer frente ao seu inimigo durante os anos 60 no Brasil e no mundo.

O comunismo foi considerado pela Igreja Católica como o herdeiro dos diversos adversários da Igreja Católica que durante os séculos procuraram em vão destruir a fé e os costumes cristãos. Havia também aqueles que consideravam o comunismo como a última fase da reforma protestante que do mesmo modo procurava destruir a hierarquia católica. De qualquer forma, o comunismo deveria ser vencido da mesma maneira em que foram vencidos os outros inimigos do cristianismo.

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante, e a Revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também será vencido o inimigo da undécima hora - o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência (Pe. Cabral, 1949:30)

Segundo a Igreja Católica, o comunismo pregava o ateísmo, o desrespeito à família, a todo tipo de hierarquia (principalmente a divina) e trazia consigo o desejo de destruir o Vaticano para que as suas idéias

conseguissem ganhar mais espaço na população. Esta Instituição passou a sinalizar que o principal caminho encontrado pelo comunismo para atacá-la foi o desrespeito aos preceitos morais das sociedades.

“Para minar as forças do catolicismo seria necessário corromper os costumes e afastar o povo dos ensinamentos da moralidade cristã. Segundo esta visão, os seguidores de Lênin sabiam que a religião opunha um dique formidável a seus planos de ocupar o poder, e então estabeleceram a estratégia de abalar os alicerces da devoção popular à Igreja.” (Motta, 2002: 62).

Para conter a propagação das idéias comunistas, principalmente aos trabalhadores, o papa Leão XIII, em 1891, editou a encíclica *Rerum Novarum*, chamando atenção para as necessidades de valorizar as virtudes de um bom cristão e também propor aos Estados que elaborem medidas que diminuíssem os problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores. A Igreja Católica temia que as ofertas feitas pelo pensamento comunista levassem os católicos a defender o novo regime.

Na década de 1930 o Vaticano passou a vislumbrar o comunismo como uma ameaça real às idéias católicas. Isto por que em meados de 1936 houve a eclosão da Guerra Civil Espanhola e as atrocidades cometidas pelo heterogêneo grupo republicano (socialistas, democratas, comunistas e anarquistas) foram todas creditadas aos comunistas, dando margem assim para a difusão de uma ampla propaganda contra os seguidores deste regime. No Brasil esta onda de propagandas anticomunistas coincide com o perigo identificado pelo levante comunista de 1935⁸, onde vários militares insurgentes tomaram uma base carioca, alertando os militares sobre o perigo da contaminação comunista na própria corporação.

Em resposta aos ataques comunistas, em 1937 o papa Pio XI edita a encíclica *Divinis Redemptoris*, reiterando a defesa dos princípios cristãos e de melhorias no campo social, mas desta vez a encíclica era muito clara ao identificar o comunismo como inimigo inconciliável com a fé cristã e assim a luta deveria ser mais ativa.

No Brasil, o comunismo continuou oferecendo perigo aos anseios da Igreja Católica, principalmente com o crescimento do partido comunista (PCB) na década de 1940 e se intensificando nas décadas seguintes com o surgimento de uma esquerda católica, mais politizada e ligada ao trabalho leigo, a qual reivindicava algumas reformas sociais.

Os setores tradicionalistas da Igreja discordavam dos religiosos “progressistas” devido a duas razões básicas: primeiro por que não partilhar dos ideais de reformismo social; segundo, por que a esquerda católica descuidava do combate ao comunismo, priorizando a luta pelas reformas. (Motta, 2002:24).

Mais do que dispersar a atenção contra os comunistas, um grupo de “católicos tradicionalistas” enxergava que a defesa de algumas aspirações comunistas pelos “católicos progressistas” estariam deixando clara uma divisão entre os católicos. Desta forma o comunismo não apenas ameaçava destruir os pilares da sociedade, como ameaçava também a própria homogeneidade da instituição católica.

Como as idéias comunistas tinham maior penetração no operariado e nas classes sociais mais pobres, a Igreja e outros setores anticomunistas tiveram que utilizar estratégias de combate ao comunismo. Assim, muitos bispos do Brasil, acompanhando a perspectiva internacional, procuraram

alertar ao povo através de atividades de doutrinação e propaganda utilizando uma linguagem simplificada e de fácil entendimento, como músicas, textos simplificados ou desenhos⁹. Neste contexto os programas radiofônicos, folhetos e jornais em geral assumiram o papel de principal meio de propaganda anticomunista dirigido a grande população¹⁰.

As folhas impressas foram muito utilizadas em todo o mundo e acabaram se tornando importantes meios de comunicação da hierarquia eclesiástica com os fiéis, possibilitando que as mensagens chegassem à um grande número de pessoas, pois, mesmo que houvesse um grande número de analfabetos, as orientações acabavam sendo lidas ou então comentadas pela população atingindo um grande contingente populacional.

Na região abarcada pela Arquidiocese de Mariana já era comum a utilização de um periódico¹¹ para se comunicar e orientar seus fiéis sobre diversas questões, entre elas as ameaças contra a religião. Sob a regência do editor-chefe, o arcebispo Dom Oscar de Oliveira, o semanário “O Arquidiocesano” começou a circular em junho de 1959, e logo em seus primeiros números, empreendeu-se em uma seqüência de propagandas contra aqueles que “desejavam destruir a pátria e a religião”.

O comunismo foi atacado no periódico por diversas frentes, deixando sempre clara a impossibilidade de conciliar o pensamento político e econômico vermelho e as práticas religiosas católicas. As estratégias de combate ao comunismo foram as mais variadas, em alguns momentos o

adversário assumia características violentas, traiçoeiras e maléficas, já em outros se mostrava fraco e digno de ironias, de toda forma os esforços do periódico estavam sempre focados para a incompatibilidade entre o comunismo (o mau) e as coisas que seriam boas (o bem) como a religião, a moral, a família, a democracia ou a pátria.

“Comunismo, Religião e Pátria – D. Oscar de Oliveira”.

Jamais poderá a Igreja de Cristo transigir com o comunismo. Comunismo e cristianismo são dois pólos diametralmente opostos como trevas e luz, fogo e água. Daí, o ódio comunista no cristianismo, seu firme e eterno adversário.

Ingênuo seria crer que o comunismo tivesse por meta somente o fator econômico, que fosse apenas uma questão de estômago, que simplesmente visasse a um bem-estar de nutrição, vestuário, moradia, assistência sanitária, repouso remunerado. Não, o comunismo é uma filosofia de vida, uma filosofia satânica. Com efeito, há homens ricos e cultos, há trabalhadores recebendo polpudos salários a quem não falta conforto e que, no entanto, trabalham intensamente em favor da heresia comunista.

Mais do que uma doutrina econômica, social e política, o comunismo é uma ideologia essencialmente materialista que pretende abarcar tudo pelo seu mito, ocupar o lugar da fé religiosa e tornar o mundo profano.

(“O Arquidiocesano” n°230, 09 de Fevereiro de 1962, pg. 1 e 4.)

Para os católicos conservadores, seus inimigos eram grandes contestadores da ordem vigente, e por trás de seus projetos de reformas havia o grande objetivo de fundar uma nova organização social, para que isto se concretizasse seria necessária a destruição dos pilares que sustentavam a sociedade atual. Este era um dos pontos mais discutidos pelo jornal “O Arquidiocesano”, a adoção do comunismo significaria o abandono do catolicismo, já que ambos eram contrários, na edição de seu segundo aniversário apresentou uma matéria que apresentava as características de ambos os pensamentos e deixava explícita a incompatibilidade entre o comunismo e o catolicismo. (Anexo B).

Segundo o jornal, parte da estratégia do comunismo para destruir a Igreja Católica estava relacionada à corrupção dos valores por ela defendidos, entre eles a fraternidade entre os homens,

“Comunismo” – Rui Barbosa

“O comunismo não é fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não reconhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador.”

(“O Arquidiocesano” n°45, dia 24 de Julho de 1960, pg.1.)

Na visão da Igreja Católica, a igualdade entre toda a população pregada pelo comunismo poderia parecer tentadora num primeiro momento, mas na verdade iria de encontro com a ordem mais básica da sociedade, além de provocar a invasão do ódio, o comunismo ao incitar uma revolução das classes populares, acabava defendendo o desrespeito a todo tipo de hierarquia, principalmente quanto à submissão dos homens a Deus.

“Comunismo” – Papa Pio XI

“Nas relações dos homens entre si, sustenta-se no comunismo o princípio da igualdade absoluta, que renega toda hierarquia e qualquer autoridade por Deus estabelecida, inclusive a dos pais; tudo quanto entre homens existe de autoridade e subordinação, tira sua origem da coletividade, como de primeira e única fonte”

(“O Arquidiocesano” n°57, dia 16 de Outubro de 1960, pg 1)

A destruição da hierarquia e das relações entre os homens acabaria afetando a célula *mater* da sociedade, arruinando a família e a moral, o comunismo conseguiria destruir a Igreja Católica.

O desrespeito dos comunistas à moral e à família foram alguns pontos mais utilizados do imaginário anticomunista pelos discursos católicos. Segundo os anticomunistas, a adoção do “regime vermelho” perverteria toda a

sociedade: seriam permitidas as drogas, o amor livre, as orgias, os abortos, os incestos, a prostituição e os estupro. O casamento passaria a ser uma cerimônia civil, e sem nenhuma ligação religiosa, por isto tornar-se-iam legais tanto o divórcio como vários casamentos (Motta, 2002:63).

No sistema comunista as mulheres perderiam o direito de serem respeitadas, os maridos deixariam de responder por elas já que passariam a ser propriedades do Estado. Também seriam liberadas da sua função doméstica, deixando de cuidar do marido e dos filhos para serem influenciadas a dedicarem-se ao trabalho e igualarem-se aos homens.

“Comunismo” – Papa Pio XI

“Para o comunismo particularmente não existe vínculo algum que prenda a mulher à família e ao lar doméstico. Proclamando o princípio da emancipação da mulher afasta-a da vida doméstica e da assistência à prole, para leva-la à vida pública e às atividades coletivas, na mesma medida que o homem transmitindo para a coletividade o desvêlo do lar e dos filhos. Nega-se, enfim aos pais o direito da educação, julgando como direito exclusivo da comunidade, em cujo nome somente e por comissão, podem os pais exercer-lo”.

(“O Arquidiocesano” n°50, 28 de Agosto de 1960, pg.1)

As crianças não seriam mais educadas pela família freqüentariam creches e escolas estatais que privilegiariam o ensino sexual (pervertido), econômico e político. Ao completar seus estudos, os jovens sairiam formados agentes propagadores do comunismo e delatores daqueles contrários ao regime, mesmo que estes rebeldes fossem seus próprios pais.

“Legislação cubana deixa pais sem filhos”

Havana - CIC - Segundo a nova legislação familiar, recentemente promulgada pelo regime castrista, todos os menores de 20 anos estão sob poder e vigilância do Estado, que cuidará de sua educação, instrução e doutrinação cívica, levando-se sempre em conta os mais altos interesses da nação. Isto significa que os pais perdem todos os direitos sôbre os filhos, tornando-se êstes propriedades do Estado.

(“O Arquidiocesano”n°123, dia 21 de janeiro de 1962, pg.2).

O regime comunista conspirava assim para destruir a sociedade, anulando a democracia, o direito à propriedade e escravizando os trabalhadores em benefício único do Estado. Diante do que os anticomunistas consideravam o projeto de destruição total da sociedade, a aceitação do comunismo era um perigo que deveria ser afastado a todo custo.

Uma das maiores mudanças almeçadas pela revolução comunista seria, segundo Marx (1848) instaurar uma nova ordem mundial, baseada na fraternidade universal entre os trabalhadores de todo o mundo. Receosos com a ameaça de dissolução dos países, os anticomunistas encontraram no nacionalismo uma das matrizes da defesa das nações contra as ameaças estrangeiras. Assim o imaginário anticomunista exaltava os valores patrióticos ao mesmo tempo em que procurava identificar as idéias vermelhas como “doutrinas exóticas”, formuladas em outros países e inaplicáveis na América, principalmente em um país com fortes raízes católicas como o Brasil

“Ter nascido num país com tão fortes tradições católicas era uma espécie de salvaguarda contra o “vírus” comunista. Desta forma o “bom brasileiro” – que é católico – teria grandes chances de ser anticomunista. Os que professassem a doutrina dos vermelhos seriam considerados traidores da pátria, defensores de ideologias exóticas e, conseqüentemente, maus brasileiros”. (Rodeghero, 2002:11)

A expansão comunista na verdade, fazia parte de um projeto imperialista soviético de conquista mundial, que havia conseguido penetrar em alguns países como a Ucrânia, China e Alemanha. O relativo equilíbrio estabelecido logo após a Segunda Guerra Mundial sofreu um abalo com a

concretização da revolução cubana. Enfim o comunismo havia chegado ao Ocidente, oferecendo perigo direto aos Estados Unidos e ao Brasil.

A revolução cubana certamente foi um golpe profundo para os anticomunistas católicos brasileiros, certamente o próximo alvo da expansão comunista seria o Brasil, o perigo da realização da revolução comunista brasileira aumentava, e por isto o jornal “O Arquidiocesano” divulgou

Socialismo cubano, uma traição
Rio – CRF – O grande escritor e líder católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) qualificou o socialismo declarado em Cuba por Fidel Castro, como totalitário e como “traição ao ideal de unidade continental lançado por Bolívar em 1826” “Cuba – afirma Amoroso Lima – é instrumento de um novo imperialismo importado do bloco comunista.”
 (“O Arquidiocesano”, nº94, dia 2 de julho de 1962, pg.2).

Para que seu “projeto destruidor” de conquista mundial fosse concretizado, os adversários da Igreja e da sociedade precisavam recrutar defensores do “regime vermelho”. Como os projetos comunistas na realidade traziam poucas vantagens para a população, os agentes comunistas procuravam atrair os trabalhadores através de promessas infundadas e mentirosas sobre as idéias comunistas. Assim os anticomunistas eram identificados como: mentirosos, dissimulados e traiçoeiros.

O principal meio utilizado pelos anticomunistas para relacionar seus inimigos à traição foi a zoomorfização do adversário, isto através da metáfora de animais o inimigo assumiria as principais características do animal aos qual ele seria relacionado: O polvo e a aranha eram associados ao projeto comunista de conquista mundial, através de suas teias e tentáculos conseguiam se espalhar pelo planeta;

Dom Jaime: comunistas destroem as forças do Brasil

Rio - CIC - Na festa da Imaculada Conceição, o Cardeal do Rio de Janeiro advertiu a Nação contra as tramas disfarçadas dos comunistas que procuram desagregar o Brasil, provocando greves, estimulando o custo de vida e defendendo a autodeterminação dos povos, enquanto aplaudem a opressão russa sobre 20 países. “Como polvo de mil tentáculos, o comunismo está destruindo as forças mais vivas da Nação Brasileira, quer pela política internacional, quer pela intromissão nos assuntos internos do país”, afirmou D. Jaime.

(“O Arquidiocesano”, nº123, dia 21 de janeiro de 1962, pg.4).

Animais como a hiena ou o corvo representavam a covardia do comunismo, que como estes animais, eram oportunistas e só atacavam alvos enfraquecidos; A serpente e o lobo também conotavam à traição, sedução, estes animais estrategistas, sorrateiros e mortais geralmente eram utilizados para identificar os políticos ligados ao comunismo.

“Lôbo despe pele de ovelha”

Rio - CIC - Francisco Julião, o conhecido propugnador das Ligas Camponesas, tirou finalmente a máscara, declarando-se o que de fato é: comunista e defensor do regime da Rússia e da China para nossa Pátria. Como se sabe, Francisco Julião negara sempre ser comunista, apesar de pregar abertamente princípios marxistas.

(“O Arquidiocesano”, nº122, dia 14 de janeiro de 1962, pg.1).

Também era comum relacionar o comunismo a doenças, pragas e venenos, pois, como estes agentes infecciosos, que espalhavam os problemas aos humanos, o comunismo se infiltraria na sociedade enfraquecendo-a até conseguir destruí-la. Entre os agentes infecciosos mais associados com os comunistas os vírus, bactérias, germe, mosquitos, peste, bacilo, verme, praga, veneno, câncer, tuberculose, etc.

O problema da penetração ideológica empreendida pelos comunistas dissimulados assustava não só a Igreja e as classes dominantes, mas era um dos principais temores dos grupos militares, pois pregando a contestação da hierarquia os comunistas minariam as bases organizacionais da corporação.

Desta forma, era também desejo dos militares conservar a ordem e afastar os revolucionários comunistas tanto da sociedade como das Forças Armadas.

“Militar alerta reservistas contra o comunismo”

Rio – CIC – Por ocasião da entrega de certificados de reservistas, o coronel Antonio Pereira Lira, chefe da 1ª Circunscrição de Recrutamento, exortou a mais de 500 jovens a repudiar com energia qualquer doutrina exótica que aventureiros queiram introduzir em nossa pátria”.

(“O Arquidiocesano”, nº131, dia 18 de março de 1962, pg.1 e 4).

No contexto intenso da guerra fria travada entre EUA e URSS, era comum que os comunistas divulgassem os dividendos econômicos e políticos obtidos na União Soviética, como também os sucessos alcançados nas batalhas, nas olimpíadas e na corrida espacial, por exemplo. Da mesma forma os anticomunistas concentraram-se em desmentir toda a propaganda vinculada aos sucessos do comunismo, mostrando que esta era uma estratégia dos seus adversários para tentar propagar seu modelo econômico a outros países, na realidade o que poderia ser observado naqueles países comunistas era violência, miséria e opressão. Assim, através de relatos feitos por observadores que visitavam os países comunistas, os contrários a penetração do pensamento vermelho procuravam demonstrar que as promessas de melhorias através de reformas não passavam de engodo, e que aqueles países que haviam sucedido ao comunismo agora eram assolados pelo “maléfico regime vermelho”.

Eram freqüentes em alguns jornais católicos as denúncias sobre a perseguição religiosa nos países comunistas, segundo estes impressos, assim que vitoriosos na implantação de seu regime político, os comunistas passavam a aprisionar clérigos, destruir templos, arruinar imagens religiosas, fomentar a

propaganda anti-religiosa, e perseguir aos católicos. Várias foram as maneiras de denunciar a violência comunista à religião,

“Rússia intensifica o combate a religião e é hora do Brasil agir”

O Governo comunista da União Soviética vem recrudescendo ultimamente sua campanha contra as religiões na Rússia e a prova disso é o fechamento de 1.500 igrejas – disse a O JORNAL o padre J. Gardenal da Companhia de Jesus, autor do famoso livro “O problema de todos” e amigo pessoal do papa João XXIII, a quem conheceu em Veneza.

A hora é muito grave, sobre tudo para o Brasil, onde não é mais possível a protelação ou a pusilanimidade. O mundo cristão está numa encruzilhada histórica e dentro de pouco tempo terá que decidir entre a liberdade e a conservação de sua tradição democrática, de um lado, e as instituições vermelhas, de outro.

O sumo pontífice compreende a gravidade da situação e vem fazendo o máximo de esforço para evitar o esmagamento da civilização cristã, a sua encíclica “Mater et Magistra” é sobretudo um grito de alerta aos católicos e não católicos do mundo inteiro.

(“O Arquidiocesano”, nº131, dia 18 de março de 1962, pg.1 e 4).

Além de perseguir violentamente os religiosos, o comunismo também era acusado pelos anticomunistas católicos de agredir as famílias e os trabalhadores. Focados unicamente no trabalho e no treinamento de agentes propagadores do regime, os líderes comunistas obrigariam as mulheres e crianças abandonarem seus lares para trabalharem em prol do regime.

“Em Berlim Oriental se ensina às crianças a delatar pais e professores”

Rio – CIC – “Os soviéticos ensinam às crianças a delatar os professores que não ensinam dentro da linha do partido, e os pais que sintonizam no rádio ou televisão, emissoras de Berlim Ocidental” – declaram tres professores alemães que viajam pelo mundo em campanha de esclarecimento sobre a situação do ensino em Berlim. Acrescentam que 75 mil professores já fugiram do jugo comunista da Alemanha Oriental.

(“O Arquidiocesano”, nº143, dia 10 de junho de 1962, pg.2).

Os anticomunistas se esforçavam para deixar claro que a mesma população que trabalhava e sustentava os países comunistas, era desprezada pelos seus governantes. Os retratos apresentados pelos observadores anticomunistas constatavam o total abandono das lideranças com o povo, muitas leis foram abandonadas, os crimes e as drogas liberadas, a polícia só

ficaria responsável pela repressão dos religiosos e contrários ao regime. As condições de trabalho nos campos e nas fábricas eram consideradas escravizantes e a fome assolava todos os trabalhadores. Finalmente além de ser violentada cotidianamente, a população dos países comunistas ainda era impedida, pelos seus líderes, sair do país e abandonar estas condições degradantes. (Motta, 2002)

As denúncias relacionadas às violências praticadas nos países regidos pelo comunismo eram rotineiramente associadas às condições decadentes passadas pela sua população, estas condições adversas daquelas apresentadas pela propaganda comunista fazem parte talvez de outra categoria de ataques empreendidos ao comunismo, aqueles que associavam o comunismo a um regime fraco e mal planejado.

Este ponto de vista aliava-se a todas as outras denúncias já citadas, como a traição e violência vermelha, mas chamava a atenção para os fracassos econômicos e políticos sofridos pelos países comunistas logo após pouco tempo do estabelecimento do novo regime político e econômico.

Segundo a visão dos observadores anticomunistas, após destruir os pilares básicos da sociedade, como por exemplo, a família e a Igreja Católica e escravizar os trabalhadores, os comunistas conseguiram estabelecer seu regime ao custo de miséria e degradação social. A economia dos países comunistas estaria sufocando toda sua população, a fome e a miséria haviam se propagado nos campos e nas cidades.

“A crise agrícola dos países totalitários” - Ação Democrática
09/61

As chamadas reformas agrárias dos países comunistas têm fracassado completamente. Ao contrário das reformas democráticas, não tem por objetivo melhorar a condição do homem, coisa que nunca interessa ao Estado totalitário. O único propósito das reformas agrárias da Rússia e da China tem sido aumentar a produção agrícola custe o que custar. Nem sequer este ponto de vista tem sido bem sucedidas. (...)

Os métodos adotados para resolver o problema são típicos do regime comunista: ao mesmo tempo brutais e ineficazes. Verifica-se assim que cerca de 20 milhões de habitantes de cidades chinesas, no período de três meses, foram arrancados de seus lares e obrigados a trabalhar nos campos. Onde não há animais para puxar os arados e outra rudimentares máquinas agrícolas, emprega-se força humana.(...)

Calcula-se que atualmente cerca de metade da mão-de-obra chinesa consiste de crianças.

É fácil conceber-se o sofrimento desses milhões arrancados das cidades, sem nenhum treinamento ou preparo agrícola, e jogados nos campos num regime de trabalho de 16 e 18 horas de trabalho por dia, sem domingos ou feriados, e com rações mínimas de comida. Isso porém, não preocupa os comunistas. O seu único objetivo é aumentar a produção agrícola. E aí reside a tragédia. Por que mesmo com o sacrifício humano que acarretam estes métodos, nunca resultarão em aumentar a produção agrícola.

(“O Arquidiocesano”, nº108, dia 8 de outubro de 1961, pg.1).

Retratar no “O Arquidiocesano” os problemas enfrentados nos países comunistas era uma das estratégias mais simples para alertar a sociedade sobre os perigos que o Brasil estava passando ao aceitar o regime comunista. Certamente os relatos transcritos no periódico concentravam-se em pontos fracos de uma organização muito ampla e complexa, mas a mensagem destas reportagens eram facilmente entendidas por um grande número de pessoas. Se o comunismo adentrasse no Brasil, traria com ele grandes desgraças para a população.

“Favelas até em Moscou”

São Paulo – Dr. José Barbosa de Almeida, que voltou de uma viagem recentemente de uma viagem à Rússia, pronunciou-se da seguinte maneira sobre as condições de habitação em Moscou:

“Estabelecendo um paralelo entre as condições de Moscou e em cidades brasileiras da região centro e sul, constatei a existência de favelas nos arredores da capital soviética, onde o povo vive na mais completa promiscuidade, em face da insuficiência do número de habitações”.

“Mesmo nos edifícios com quais se procura agora solucionar o problema da falta de moradias, as instalações sanitárias e cozinhas são

usadas em caráter coletivo, o que provoca constantes rivalidades entre os moradores”.

“A observação fria e parcial me levou a concluir que as condições de vida no sul do Brasil são em geral, muito superiores ao do povo russo, em sua capital”.

(“O Arquidiocesano”, nº209, dia 15 de Setembro 1963, pg.2).

Outro meio de combate ao comunismo muito utilizado pelos jornais conservadores, foi vincular em suas páginas, caricaturas e quadrinhos condenando e ironizando os adversários vermelhos. Entre os anos 1961-1963 o “O Arquidiocesano” passou a exibir semanalmente uma tira em quadrinhos chamada “Atrás da cortina de ferro” que ironizava de várias formas os comunistas. (Anexo C). Apresentado uma história em quatro quadrinhos, normalmente um personagem pequeno e inteligente (representando o povo) vence de alguma maneira um personagem grande e forte (que representa o comunismo).

Em um dos seus trabalhos, Motta (2006) analisa um conjunto de caricaturas que retratavam o presidente João Goulart e alguns outros assuntos políticos brasileiros da primeira metade da década de 60. Segundo este autor, estas imagens, quadrinhos e caricaturas fazem parte de uma iconografia anticomunista, considerada por ele importante na batalha ideológica contra o comunismo, especialmente por ser um meio de propaganda mais acessível à grande população.

A utilização de imagens gráficas (figuradas) para fins de propaganda política constituiu um recurso bastante eficaz, notadamente num país com altos percentuais de população iletrada. Mas, as imagens exercem impacto forte mesmo sobre os alfabetizados, na medida em que fixam as mensagens de forma rápida e sintética, atingindo um resultado que de outra forma da comunicação dificilmente alcançam. (Motta, 2002: 89).

Os comunistas e anticomunistas eram identificados cada qual através de imagens e símbolos particulares, desta forma fazia parte da disputa destruir ou ironizar o símbolo adversário enquanto se fortaleciam os próprios símbolos. Podemos tomar como exemplo a cor vermelha¹² adotada pelos comunistas por representar as lutas e revoluções, e que se foi reinterpretada pelos anticomunistas como a cor da violência e do sangue, assim acontecera também com a foice e o martelo que passou a ser a imagem que identificava o comunismo.

Algumas figuras também se destacaram como símbolos de ambos os lados da disputa, Fidel Castro e Nikita Kúshev eram personagens proeminentes do comunismo na década de 1960, enquanto o papa Pio XI era mundialmente reconhecido pelas suas críticas ao comunismo.

Durante algumas disputas políticas era muito comum resgatar figuras conhecidas pela sua ligação comunista, como por exemplo, Luiz Carlos Prestes, para assim uni-las aos candidatos que não eram apoiados pelos anticomunistas e pela hierarquia eclesiástica e assim pressionar os eleitores a não confiar seus votos à candidatos que levariam o país à miséria comunista.

Mesmo que pertencentes a primeira metade do século XX, a incursão da Coluna Prestes e a revolta comunista de 1935 são elementos essenciais ao estudo do combate brasileiro ao comunismo, pois os dois momentos construíram símbolos que passariam a serem reutilizados nas propagandas tanto comunistas como anticomunistas da segunda metade do século XX.

Assim, mesmo que de maneira simplificada, devemos analisar estes dois momentos.

Carlos Prestes assumiu grande importância política e simbólica através da sua atuação na ANL, desta maneira, aqueles que visualizavam a possibilidade de implantar o comunismo no Brasil elegeram Prestes como um dos principais símbolos do heroísmo deste projeto. Já para os anticomunistas a intenção era afastar a imagem de Prestes do posto de herói revolucionário, o que facilitaria a aceitação popular ao comunismo. Prestes então foi retratado pelos anticomunistas como um traidor do exército e da nação, que passara a se dedicar a ideais estrangeiros percorrendo o interior do Brasil saqueando, assassinando homens e fugindo dos verdadeiros protetores da pátria.

As mesmas acusações de traição e covardia foram feitas àqueles militares que participaram dos levantes de novembro de 1935. Exigindo algumas reformas sociais e esperando com isto obter o apoio das massas populares o movimento não conseguiu atingir seu objetivo.

Porém, embora fracassada, a Intentona Comunista¹³ demonstrou aos anticomunistas (principalmente as forças militares) que o inimigo já havia penetrado em meio aos brasileiros e assumido uma postura prática. Desta forma, este grupo passou a utilizar o levante como elemento simbólico de resistência ao comunismo.

Em 1940 foi inaugurado um monumento em homenagem àqueles que haviam morrido para sufocar o levante, desde então foram organizadas

publicamente as “comemorações” da Intentona no dia 27 de novembro, tornando-as importantes manifestações anticomunistas, principalmente nos quadros de crise, como identificados nos anos 60.

Mesmo sendo adversários “derrotados” pelos anticomunistas na primeira metade do século XX, os militares rebeldes da Intentona e o ex-militar Carlos Prestes continuaram representando nos anos 60, simbolicamente ou através de atos políticos, grandes ameaças aos conservadores contrários à instalação do bolchevismo no Brasil.

“Prestes assalariado da Rússia”

Segundo NCB – Enquanto durou a Exposição soviética, o sr. Luíz Carlos Prestes recebeu mil e duzentos dólares por mês, para ser “relações públicas” dos soviéticos, segundo contrato firmado com o sr. Viktor Azov, chefe da delegação comercial da URSS.

(“O Arquidiocesano”, nº143, dia 10 de junho de 1962, pg.2).

Finalmente devemos chamar atenção em nossa análise às maneiras que a Igreja Católica encontrou para reagir ao comunismo, além de denunciar características negativas (traição, violência, fraqueza) do adversário comunista e também apontar os setores que eles desejavam destruir (Igreja, família, Exército), a hierarquia eclesiástica utilizou meios mais combativos para fazer frente ao comunismo e garantir a manutenção de seu poder simbólico e político em relação à população mundial.

Um dos meios mais utilizados por toda hierarquia eclesiástica para enfrentar o comunismo foi a edição de impressos e periódicos católicos. Como o inimigo procurava aproximar-se do povo através de promessas feitas em uma linguagem simplificada, a Igreja Católica acreditou que a saída para não perder fiéis era também passar suas mensagens de alerta utilizando imagens,

programas de rádio e textos de fácil entendimento. Estes periódicos católicos, como “O Arquidiocesano”, tinham grande aproximação do povo e desta forma tornavam-se eficientes instrumentos de propagação das orientações eclesiais. Por fim, estes impressos deveriam combater e se sobressair às propagandas malélicas empreendidas pelos comunistas. Da mesma forma que os jornais católicos apontavam os perigos comunistas, acreditavam os anticomunistas que estes também deviam sofrer críticas nos impressos ligados aos “revolucionários vermelhos”, caberia então ao próprio jornal orientar o leitor a não ser seduzido pela “imprensa malélica”.

Mais firmeza em face da imprensa perversa”

Papa João XXIII - “As posições de firmeza pedidas aos católicos são, pois as seguintes: Não terem medo de serem tachados de “escrupulosos” ou de exagerados por terem um comportamento de reprovação para com certa imprensa. Portanto, não comparem, não credenciem, não favorecerem e positivamente não mencionem a imprensa perversa. Não temerem valer-se de todos os meios para encaminharem este setor a disciplina humana e civil, antes que ainda a cristã. A esta obra de defesa e de firmeza são chamados todos os católicos e todos os que tenham reta consciência e uma sincera vontade de ser úteis à sociedade: por que sobretudo neste terreno deve-se sentir a gravidade do pecado da omissão”.

(“O Arquidiocesano”, n°93, dia 25 de junho de 1961, pg.2).

Como instância hierárquica mais elevada dentro da Igreja Católica, as atitudes tomadas pelo Vaticano tinham grande importância na luta contra o comunismo em todos os países católicos, as orientações e bulas papais eram as matrizes que deveriam ser seguidas pela hierarquia eclesial do resto do mundo. O Papa assumia o papel de principal ativista do anticomunismo católico, sendo que suas declarações reprovando a expansão vermelha era muito utilizada na propaganda anticomunista. A Arquidiocese de Mariana

procurou em vários momentos reproduzir algumas orientações papais contra o comunismo internacional.¹⁴

“Comunismo, Religião e Pátria.”

O comunismo, que ambiciona conquistar o mundo inteiro, tem recebido formal e solene repulsa da Igreja em Vários documentos dos Papas, como Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XIII.

Bispos, Sacerdotes e intelectuais leigos de todo mundo tem erguido suas vozes contra a cruel heresia marxista.

Jamais poderá a Igreja de Cristo transigir com o comunismo. Comunismo e cristianismo são dois pólos diametralmente opostos como trevas e luz, fogo e água. Daí, o ódio comunista no cristianismo, seu firme e eterno adversário.

Ingênuo seria crer que o comunismo tivesse por meta somente o fator econômico, que fosse apenas uma questão de estômago, que simplesmente visasse a um bem-estar de nutrição, vestuário, moradia, assistência sanitária, repouso remunerado. Não, o comunismo é uma filosofia de vida, uma filosofia satânica. Com efeito, há homens ricos e cultos, há trabalhadores recebendo polpudos salários a quem não falta conforto e que, no entanto, trabalham intensamente em favor da heresia comunista.

Mais do que uma doutrina econômica, social e política, o comunismo é uma ideologia essencialmente materialista que pretende abarcar tudo pelo seu mito, ocupar o lugar da fé religiosa e tornar o mundo profano.

Os “mestres do engodo”, como chama aos comunistas Edgard Hoover, procuram fazer esquecer nas massas a verdadeira natureza do comunismo, que, em verdade, despoja do homem o sentimento religioso, rouba-lhe a liberdade, nega-lhe a dignidade de pessoa.

(“O Arqui-diocesano” nº230, dia 09 de Fevereiro de 1962, pg. 1e4).

Podemos identificar que devido a ameaça de perda de poder político e simbólico, a Igreja Católica teve que abandonar o ideal de “instituição perfeita e acima do mundo” e preocupar-se um pouco mais com sua função política e social. Sendo uma Instituição internacionalmente poderosa no campo político, a Igreja Católica procurou responder ao comunismo através de denúncias feitas em vários meios de comunicação, entre eles os jornais e depois o rádio. Através destas variadas denúncias aqui apresentadas, a Instituição acreditava orientar seus fiéis sobre as características, símbolos e estratégias do inimigo da fé, mostrando as vantagens de conservar-se católico durante aquele período de

intensas propostas reformistas. Mesmo atentando para a utilização de “armas do mundo” pela Igreja, não devemos nos esquecer que a principal maneira que os católicos encontraram para repelir o comunismo continuou sendo a fé manifestada nas orações.

Como os jornais pregavam a crença na ligação do comunismo (e seus predecessores) com o próprio mau, a batalha para a extinção do inimigo deveria ser travada principalmente no campo metafísico. Assim, ganharam espaço nos jornais católicos as orações e imagens católicas utilizadas especialmente no combate contra o comunismo.

“Oração contra o comunismo”

“Senhor, Vós que tudo criastes por Vossa magnanimidade e misericórdia e por Vosso amor, dando às criaturas que saíram de Vossas mães, o sôpro vivificador que as alentou e as tornou capazes de Vos render a vassalagem e submissão, apiedai-Vos de todos os insanos que procuram destruir por êste mundo a vossa obra de harmonia e de paz entre os povos e de compreensão entre as nações, dando-lhes o conhecimento de Vossa força e da Vossa divindade para que reconheçam que só e só Vós podeis imperar, podeis reinar, poder permanecer por sôbre o destino do mundo que concebestes e desse aos Homem, para que êle Vos reconhecesse e adorasse.”

“Bem sabeis, do alto de Vossa glória, da insidia e do ataque e da destruição que o Comunismo prepara para turbar a paz dos povos, para confundir as Nações que ostentam a primazia e a grandeza do Vosso Santo Nome.

Daí que a Humanidade, que está em perigo com a infringência de todos os preceitos hauridos nos Vossos Divinos Mandamentos, possa sair galharda dêste embate cruel”

“Que os maus não vexem e nem aviltem os bons, que os perversos não atraíçõem os justos, que os mesquinhos e odientos não humilhem e nem ultrajem os que Vos amam e Vos têm como supremo motivo de suas esperanças.

“Vós, que sois o Senhor dos Exércitos , contendei as hordas dos malignos, dos usurpadores, dos vesânicos, dos incréus, dos malvados.

E iluminai o mundo com o clarão do vosso constante desvêlo e daí aos homens de boa vontade que fazem a grandeza e a felicidade da civilização cristã, a paz perfeita e a felicidade em vós , ponto os a salvo do Comunismo Ateu e confundindo aos que trazem a tirania, a fome, a destruição, a morte.”

“Permaneçei conosco em todas as horas, Senhor, e por nós vigiai com a flamejante espada de Vossos Santos Anjos, soterrando nas trevas os inimigos da Vossa Justiça, da Vossa Caridade, do Vosso Amor.”

“Velai pelo universo que criastes, velai pela América, velai pelo Brasil! Pelo Brasil, principalmente pelo Brasil que esta a Vossos pés, e que

jamais há de divorciar do Vosso Santo Evangelho, da Vossa Santa Lei para louvor e exaltação da Vossa Santa e Sempiterna Glória! Amem.”

O Exmo, Sr. Arcebispo D. Oscar de Oliveira manifesta o desejo de que esta oração seja rezada pelos fiéis, em particular , ou ainda numa ou outra reunião das Associações Religiosas.

(“O Arquidiocesano”, nº102, dia 27 de agosto de 1961, pg.3).

Além da tentativa de destruir os símbolos e imagens comunistas e ironizar figuras relacionadas a estes, a Igreja Católica também exaltou em seus impressos alguns símbolos religiosos e assim estes se consagraram como importantes instrumentos no repúdio à propagação mundial do comunismo. Entre estes símbolos destacam-se o uso do rosário e da imagem da Virgem Maria de Fátima,

Símbolo de devoção e da religiosidade populares, o rosário (ou terço) foi brandido por militantes católicos em algumas manifestações, principalmente nos conflitos ocorridos em Belo Horizonte no início de 1964 e nas “Marchas com Deus”. O rosário remetia às representações construídas em torno de Nossa Senhora de Fátima, figura adotada por muitos católicos como protetora ou padroeira da luta contra o comunismo. Ambas construções simbólicas, Fátima e o rosário, animaram a fé dos crentes e ocuparam posição destacada no imaginário anticomunista católico dos anos de 1960. (Motta, 2002: 247).

A aparição de Maria a três crianças na cidade de Fátima ocorrera em 1917, ano em que na Rússia foi deflagrada a revolução comunista, assim os setores católicos entenderam que esta era uma reação divina ao crescimento do poder dos inimigos da Igreja Católica. Em uma das aparições, a santa havia pedido para que a humanidade recobrasse o caminho da religião e rezasse o rosário com mais empenho. O rosário já era utilizado anteriormente como “uma arma” na luta contra os inimigos da fé. Desta maneira, ambas imagens se fortaleceram como símbolos da mensagens divina de combater o comunismo através da oração e foram utilizadas em mobilizações católicas populares.

No Brasil, um país fortemente católico, o conjunto Maria de Fátima e o rosário foram essenciais para a criação de movimentos populares como a “Cruzada do Rosário em Família”. Estes movimentos presididos pelo padre norte-americano Patrick Peyton, fizeram um grande sucesso em Minas Gerais¹⁵, basicamente motivava a população a rezar o terço pedindo a conversão da Rússia e o fim do comunismo. Starling (1986) defende que a imagem de Maria além de ser muito cultuada no país ainda remetia a “proteção da mãe aos filhos” além de contribuir para representar as mulheres que lutavam contra o comunismo; já o rosário muito utilizado durante as Cruzadas do Rosário em Família, *“enquanto instrumento político foi, sem dúvida, uma das mais poderosas armas que o núcleo “ultramontano” da Igreja retirou de seu arsenal místico (...) para ser utilizado na campanha político-ideológica, de desestabilização do governo Goulart.”* (Starling, 1986: 238-239).

O rosário também assumiu importante papel simbólico no “O Arquidiocesano”, como podemos perceber, ao celebrar o sucesso da intervenção militar ocorrida em 1964, o periódico justificava que a principal “arma” utilizada pelos católicos, a prece através do rosário, havia garantido a expulsão sem derramamento de sangue daqueles que ameaçavam a pátria, a família e a Igreja. (Anexo D)

Como observamos, os anticomunistas eram um grupo que unia alguns setores conservadores da sociedade que repeliam os projetos reformistas dos

comunistas. Dentre estes, estava a Igreja Católica que durante o século XX passou a ver no comunismo uma ameaça à destruição da instituição. Para combatê-lo, o Vaticano procurou denunciar à sociedade os pontos fracos e características negativas do comunismo. Notamos que para a Igreja o combate deveria ser travado pelos fiéis tanto no campo político, como religioso. Por fim podemos identificar que as principais estratégias adotadas pelo anticomunismo católico mundial, foram transcritas no periódico “O Arquidiocesano” durante a primeira metade da década de 60. Sendo o meio de comunicação oficial de uma das arquidioceses mais tradicionais e conservadoras do Brasil podemos identificar o comprometimento deste impresso com o projeto do Vaticano de erradicar o comunismo do mundo através das denúncias e orações contra os inimigos. Assim no momento em que a revolução comunista parece certa, o periódico passa a apoiar o bloco anticomunista que realizaria o golpe militar de 1964.

CAPÍTULO 3 – O BRASIL NOS PRIMEIROS ANOS DO “O ARQUIDIOCESANO”

Muitos historiadores convencionam que os anos 1960 marcaram uma época de grandes mudanças políticas e sociais também no plano nacional. Esta década também assistiu a um novo movimento de grupos conservadores para repelir a entrada do comunismo na Brasil. Tal foi a importância desta década na análise da luta dos conservadores brasileiros contra o comunismo internacional, que Motta (2002) denomina os anos 1961-1964 como “*a segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil*” (Motta, 2002: 231)

Tanto as transformações sociais no exterior, como o progresso do regime populista no Brasil, abriram ainda mais o campo de participação política popular, e no bojo deste processo as idéias de esquerda começaram a ganhar mais espaço em grandes contingentes populacionais. Chamava também atenção a recuperação do PCB e o surgimento de novas organizações esquerdistas, entre elas a Ação Popular e as Ligas Camponesas e Política Operária.

No mesmo período, a Igreja Católica brasileira passava por algumas mudanças estruturais, procurando conservar seu poder religioso, político e simbólico. Surgia a necessidade de ampliar a participação leiga e também inserir um pouco mais a instituição nos debates sobre as questões sociais que se acaloraram no Brasil durante os anos 60, desta forma muitos fiéis passaram

a creditar à Igreja Católica a obrigação de interferir de alguma forma a fim de minimizar os flagelos da população. Além dos assuntos religiosos, as instituições católicas passaram cada vez mais a demonstrar publicamente as suas opiniões sobre diversos assuntos, como podemos observar o “O Arquidiocesano” condenando as greves:

“O Direito da Greve”

Inconvenientes Econômicos da Greve

A greve é frequentemente condenada pelos prejuízos econômicos que acarreta. Os operários prejudicam-se a si mesmos, dizem os que condenam a greve. A miséria é o único fruto que recolhem. Deixam de receber o salário, expõem-se a serem despedidos, principalmente causam sérios prejuízos àqueles com quem estão ligados na produção. O prejuízo das empresas recai também sobre eles mesmos, ameaçando até seu fechamento e o desemprego para os trabalhadores. Finalmente, acrescentam, subtraem riquezas ao país, prejudicam os consumidores e toda a sociedade.

Não há dúvida, que estes males econômicos, ainda que exagerados são causados pelas greves. Contudo estes danos não provam a ilegitimidade da greve, por que estamos discutindo uma questão de direito e não de utilidade. O exercício de um direito não pode ser, sem mais, invalidado pelos danos, que pode causar.

A Doutrina Social Cristã sobre a Greve

Entre tantas opiniões diversas, qual a posição certa em relação a greve?

Os teólogos e moralistas católicos examinando-a à luz dos seus princípios imortais, elaboraram sobre a greve uma doutrina, que condena os demagôgos e os reacionários. Esta doutrina equilibrada e serena foi adotada pela Doutrina Social Cristã.

A greve, em si mesma, não é mais do que a recusa do trabalhador ceder seu trabalho a outro. É um direito que lhe assiste. Só por isso não pode ser censurado. A Doutrina Social da Igreja reconhece este direito, como acima dissemos, fundado na liberdade e dignidade da pessoa do trabalhador. Mas, contingências e circunstâncias especiais resultados nocivos a terceiros e à coletividade poderão modificar a legitimidade de uma determinada greve. O direito da greve não é absoluto, mas limitado. Esta limitação terá que ser estudada em seus pormenores”.

(“O Arquidiocesano” n° 20, dia 31 de Janeiro de 1960, pg.1 e 4)

Várias foram as organizações leigas criadas neste período com o intuito de aumentar a participação leiga e debater as questões políticas e sociais à luz do pensamento católico. Entre muitas delas, a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica. Alguns setores da hierarquia católica e

grupos católicos leigos, com o tempo aproximaram-se dos pensamentos esquerdistas e começaram a apoiar as reformas sociais também como soluções contra o perigo comunista.

Não é que ela estivesse “infiltrada” por comunistas, como os radicais de direita denunciavam. A hierarquia continuava repudiando o sistema marxista como sempre fizera, por considerá-lo incompatível com a religião. Mas, não havia unanimidade em relação ao risco supostamente representado pelo governo Goulart, cujas iniciativas reformistas por sinal, recebiam apoio de influentes prelados (Mainwaring, 1989: 76).

Talvez em resposta aos acontecimentos mundiais da primeira metade do século XX e também ao crescimento da influência de setores políticos de esquerda ligados as idéias de reformas e ao comunismo, cresceram na década de 60 o número de organizações anticomunistas. Algumas delas haviam sido fundadas anteriormente, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Liga de Defesa Nacional (LDN) e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC). Outras surgiram naquela década, vinculadas a diferentes setores da sociedade: a Liga Cristã contra o Comunismo e a Marcha de Deus com as Famílias ligadas aos valores religiosos, o Movimento Sindical Democrático (MSD) vinculado as organizações anticomunistas internacionais, a Ação Democrática Parlamentar formada por políticos, entre outras.

Devemos também destacar a importância na propaganda anticomunista de duas instituições: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). Ambos fundados próximo a 1960, tinham financiamentos particulares. De acordo com Dreifuss (1981), além de dar suporte ideológico e político, a atuação destes institutos contribuiu

para o surgimento de vários grupos anticomunistas notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores.

As tensões entre os grupos de esquerda e direita começaram a aumentar no momento em que o presidente da república Jânio Quadros optou seguir uma política externa que ameaçava promover o reatamento comercial com Moscou e se afastava economicamente dos norte-americanos, atitude esta que acabou provocando surpresa e desagrado àqueles que acreditavam que o presidente derrotaria a esquerda e sepultaria o getulismo. A decepção logo se transformou em protestos ao governo e a figura do presidente Quadros¹⁶, principalmente na grande imprensa conservadora.

Contribuindo ainda mais para o descrédito na sua habilidade de governar o Brasil, Quadros decidiu oferecer em 61 a condecoração da “Ordem do Cruzeiro do Sul” ao herói da revolução socialista cubana, Ernesto “Che” Guevara, atitude que foi sem dúvida reprovada com veemência pela imprensa conservadora e anticomunista.

“Nunca uma condecoração valeu tanto quanto um legítimo crachat.”

Rio, agosto (NC). Um vespertino carioca, prestando real serviço, entrevistou aqui e ali, populares sobre o que achavam do gesto do Presidente da República condecorando com a Suprema Ordem do Cruzeiro do Sul o bandido internacional “Che” Guevara. Foi graças a isso possível saber que não só – felizmente - nosso povo desaprovou o gesto, como assim resolveu certo mais por intuição – infelizmente - por conhecimento do ignóbil personagem e sua criminoso vida pública. (...)

Não pode, pois ninguém aprovar a condecoração (como dois ou três fizeram no inquérito jornalístico) alegando serviços prestados por Guevara a Cuba e a “outros países”. O argumento é uma mentira.

Mais uma razão, isto sim, impõe-se para condenar a humilhante outorga: em vez de abrir bem claro os olhos do povo em matéria tão importante como essa, de sua própria sobrevivência como nação democrática, ajudou simplesmente e lamentavelmente a lançar pó nos olhos, encobrendo a hediondez da sinistra figura de um dos maiores inimigos do Brasil e das Américas, da Democracia, da Igreja e do próprio gênero humano.

(“O Arquidiocesano” nº104, dia 10 de setembro de 1961, pg.1).

A crise política resultante da suspeita na figura do presidente Jânio Quadros atingiu níveis perigosos em agosto de 1961, quando provavelmente em uma jogada política motivada pelas pressões que vinha sofrendo, o presidente Quadros resolveu renunciar a presidência do Brasil.

Num lance dramático e ainda pouco esclarecido, o Presidente Jânio Quadros resolveu renunciar ao cargo, no final de Agosto de 1961. O episódio levou aos anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição para o cargo em 1955, e a reeleição em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas. O temor da ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas associado à frustração dos conservadores pelo retorno do getulismo, levou a que tentassem impedir a posse. (Motta 2002: 234)

João Goulart era considerado como uma figura politicamente perigosa para os anticomunistas, pois era líder da ala esquerdista do PTB, principal herdeiro do getulismo, além de amigo e cunhado do político esquerdista Leonel Brizola. Para afastar uma radicalização de esquerda ou uma penetração comunista foi articulada pela ala conservadora uma emenda parlamentarista reduzindo os poderes presidenciais.

Mesmo com grande parte dos seus poderes cerceados, Jango continuou a despertar a desaprovação nos setores conservadores e anticomunistas. Dando prosseguimento à política externa de diminuição da dependência econômica em relação aos EUA, o governo Goulart anunciou em novembro de 1961¹⁷, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, desencadeando uma série de protestos contra o governo.

“Repudiado em todo o Brasil o reatamento”

Brasília, dez 8 (NCB)- De todos os pontos do país chegam ao Congresso Nacional e aos Ministérios manifestações veementes de repúdio

ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia, classificado como horrenda traição.

Inconformado, o povo pede a anulação do ato, em nome de todo um passado cristão de quatrocentos anos e toda uma formação democrática baseada no Direito e na Liberdade, incompatíveis com esta aliança espúrea comum governo representativo do desrespeito a toda Lei e da entronização de todos os crimes.

Ao insistir em semelhante situação, o governo Goulart-Tancredo terá escolhido seu inglório destino: ficará com os comunistas; jamais, com os Brasileiros.

(“O Arquidiocesano”, nº120, dia 31 de dezembro de 1961, pg.2).

De acordo com Motta (2002), as relações diplomáticas do governo João Goulart provocaram ainda mais desentendimentos com setores anticomunistas da sociedade. No início de 1962 as atenções se concentraram no projeto norte-americano de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Os anticomunistas estavam claramente amedrontados com a penetração comunista na América Latina e assim, engrossaram os pedidos para a expulsão e a intervenção armada no país governado por Fidel Castro.

“Alerta OEA contra o comunismo”

Washington - CIC - O perigo vermelho na América Latina é alarmante e seu desenvolvimento no hemisfério é progressivo, eis o conteúdo do relatório da Comissão Especial de Consulta sobre a Segurança apresentado ao Conselho da OEA. Lamenta o documento a falta de zelo empregada na luta anticomunista e qualifica de ilógica a atitude dos “cidadãos de países livres que toleram e apóiam reconhecidos comunistas”. O relatório apela aos povos da América para que repudiem de vez a existência dum partido comunista nacional.

(“O Arquidiocesano”, nº140, dia 20 de maio de 1962, pg.4).

O governo brasileiro defendeu que nem a expulsão da OEA, muito menos uma intervenção armada em Cuba seriam atitudes apoiáveis, posição esta que claramente ia de encontro com os interesses anticomunistas e norte-americanos de “limpeza da América Latina”. Com isto, “*o governo brasileiro não pretendia romper com os EUA, mas também não aceitava de dobrar as pressões de Washington*” (Quintaneiro, 1988), mas certamente não foi o que os conservadores entenderam em relação à esta atitude do governo brasileiro.

Outro fator político brasileiro que acalorou a disputa entre setores de direita e esquerda, comunistas e anticomunistas, reformistas e conservadores, foram as eleições de outubro de 1962. No período anterior ao pleito os setores conservadores empenharam-se em deixar claro à população a importância da disputa eleitoral que seria realizada.

“Quem não vota, vota pior”

Rio, junho- (NCB) Em face do explicável desânimo que marca a vida pública brasileira em consequência do desvirtuamento do voto da maioria dado do Sr. Jânio Quadros, muito menos por sua deserção do pô to que por sua traição aos eleitores democratas ao abrir caminho à criminosa política externa que ainda perdura, afirmam muitos que não desejam mais votar.

Saibam, porém, o eleitor que também ele, assim fazendo, se torna traidor.

A pátria conta com seus filhos para viver ou sobreviver.

O voto é a ÚNICA arma do cidadão para traçar os rumos da vida nacional. A falta dessa, a outra maneira é o derramamento de sangue.

Os que querem a desgraça e a desordem para, nas água turvas, obterem vantagens, êsses , VOTAM.

Não votar é, pois, ajudar a êsses deixando-lhes o campo livre. E votar no por candidato.

Proclamando o cidadão, talvez com ares de superioridade, que não votará, não julgue êle exercendo um direito. Estará , sim, fugindo ao seu dever de dar à Pátria o mínimo que Ela lhe pede.

Podia pedir-lhe a vida. Pede-lhe apenas o voto.

As eleições são o campo de batalha em tempo de paz. Não votar é desertar. É ser traidor.

(“O Arquidiocesano” n°147, dia 08 de Julho de 1962, pg. 1).

Além de se preocupar em despertar o interesse da população para a disputa, os conservadores e anticomunistas procuraram principalmente evitar que os candidatos da esquerda fossem eleitos. *“O objetivo era evitar a eleição de parlamentares esquerdistas impedindo assim a constituição de um apoio institucional sólido às propostas de transformação social”* (Motta, 2002: 249). Neste contexto, os setores conservadores da Igreja Católica brasileira passavam a deixar mais claras as suas posições em relação às eleições, principalmente a partir da criação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF),

organização católica que basicamente lançava propostas anticomunistas e divulgava as listas de candidatos que aceitavam publicamente segui-las e por isto merecia a confiança do eleitorado católico.

“A Aliança eleitoral da família será rigorosa com os candidatos que aderirem aos seus programas”

A Aliança Eleitoral pela Família tenciona divulgar, em breve, a lista dos candidatos que aderiram ao seu programa e se comprometeram a lutar pela vitória dos seus ideais e princípios.

A esse respeito está pedindo a colaboração de todos os seus associados e eleitores em geral para lhe prestarem informações sobre os nomes de candidatos que figurem nesta lista e que:

a) tenham sido condenados em sentença definitiva, por crime que incompatibilize moralmente para o exercício de função pública;

b) sejam comunistas ou tenham auxiliado, de qualquer modo, atividades comunistas, dentro ou fora do País

c) tenham pregado o divórcio publicamente ou tenham trabalhado por leis, aberta ou disfarçadamente, favoráveis a introdução do divórcio na Brasil;

d) levem a vida ostensivamente desrespeitosa à moral pública e familiar;

e) sejam inidoneos, incompetentes ou incapazes de cumprir o programa da Aliança;

f) tenham repudiado, por atos ou palavras, qualquer compromisso anteriormente assumido de pugnar pela vitória do programa ou das reivindicações da Aliança.

(“O Arquidiocesano”, nº156, dia 09 de Setembro de 1962, pg. 1).

Caso o candidato divergisse das regras propostas pela ALEF, ele não faria parte das listas divulgadas pela Aliança, o que significava que este seria um esquerdista ou comunista e desta forma deveria ser afastado da política pelo povo católico. As matérias dedicadas à ALEF tiveram grande espaço no “O Arquidiocesano”, que ocupava várias edições do jornal com as listas de candidatos aprovados pela Aliança Eleitoral.

“Comunistas ou divorcistas não poderão ser votados nas próximas eleições”

(...) Lembrando a confusa situação do país Às vespas de um plebiscito eleitoral da maior importancia (porquanto promoverá a renovação do Congresso e êste é o elemento mais responsável do regime parlamentarista) S. Em O cardela Camara dirigiu aos fiéis, um paternal apêlo para que, na escolha de seus candidatos, examinem, antes de tudo; e acima de quaisquer inclinações de ordem-particular, o programa que

pretende defender em relação aos pontos básicos que a Igreja propugna visando unicamente ao bem do Brasil e a felicidade do seu povo.

(“O Arquidiocesano”, nº138, dia 06 de Maio de 1962, pg. 3).

Os anticomunistas com certeza conseguiram, com a ajuda da Aliança Eleitoral pela Família, eleger um grande número de candidatos, mas por outro lado, a esquerda brasileira também havia conseguido, na abertura das urnas, eleger políticos em posições importantes, como Miguel Arraes em Pernambuco e Leonel Brizola como deputado federal pela Guanabara.

Terminando a disputa eleitoral de 1962, no início do ano seguinte estavam marcadas novas eleições, desta vez para que a população decidisse sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. Mas esta não foi uma disputa tão acirrada como fora o pleito anterior, pois, a direita conservadora não acreditava mais que, imbuído novamente dos poderes presidenciais, João Goulart tentaria dar um golpe comunista. Na análise de Motta (2002), para a direita, Goulart não era um aliado irrecuperável dos comunistas e por isto merecia um voto de confiança dos conservadores. Era bem provável que a direita procurasse através deste apoio atrair o presidente para mais próximo dos interesses deste grupo¹⁸. Desta forma ao final da eleição, depois de uma grande vitória contra a abstenção, João Goulart recuperou enfim todas as suas prerrogativas presidenciais e de certa forma procurou retribuir o apoio dos diversos setores da sociedade, entre eles a Igreja Católica.

“João Goulart diz ao Papa que a encíclica é a base do seu governo”

O Presidente João Goulart divulgou, dia 20, o texto de sua mensagem ao Papa João XXIII, afirmando que tudo fará para que o espírito

da Encíclica “Pacem in Terris” seja a orientação fundamental de seu governo.

Diz ainda o texto da mensagem que “a ninguém é lícito permanecer indiferente a tão comovente apêlo em prol da proscrição das armas nucleares e do desarmamento nuclear integral, baseada na confiança mútua”.

“As sábias palavras de Vossa Santidade – afirma Goulart – sôbre os deveres e direitos dos seres humanos e suas relações com as comunidades políticas hão de constituir doravante segura base de princípio para o bom comportamento dos governantes e cidadão dos diferentes países. Para o povo brasileiro, que busca construir a sua pátria no espírito de justiça social e cooperação construtiva isenta de preconceitos de raça e de grupo social, é bem reconfortante e sobremodo encorajador receber esta hora o valioso suporte espiritual de tão altíssima voz”

(“O Arquidiocesano”, nº189, dia 28 de Abril 1963, pg.).

Depois de receber o apoio tanto da esquerda quanto direita e ter recuperado os poderes presidenciais em 63, João Goulart procurou orientar-se por um equilíbrio político que pudesse afastar as tensões políticas e as crises econômicas. Mas esta neutralidade ao contrário de acalmar o campo político, acabou desagradando os conservadores e reformistas.

Os setores conservadores da sociedade acreditavam que a partir de 1963, com o apoio do presidente, o Brasil poderia solucionar muitas crises econômicas e sociais, afastando-se da União Soviética, de Cuba e do comunismo. Como representante legítimo da direita, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda procurou concentrar na sua figura o combate aos esquerdistas e comunistas. Lacerda iniciou sua carreira pública como jornalista e pela virulência das críticas aos presidentes ganhou os apelidos de “corvo” (Motta, 2006:15) e de demolidor de presidentes (Skidmore,1982:247). Uma das grandes “provocações” de Lacerda à esquerda foi noticiada e apoiada pelo “O Arquidiocesano”, a proibição da realização de um congresso de solidariedade a Cuba que ocorreria no final de 63.

“Congresso pró-Cuba não pode realizar-se no Rio”

“Em defesa da ordem pública, da paz social e das liberdades democráticas ameaçada pela ação provocadora e subversiva de uma minoria organizada que pretende aplaudir o treinamento de brasileiros no exterior para trair o Brasil, o govêrno do Estado, no exercício de sua competencia e no cumprimento de seu dever, resolveu impedir a realização do referido congresso em seu território”

Ficam advertidos os promotores da reunião de que não poderão realiza-la, sob pena de prisão e processo judicial, por ordem do governador.

APOIO LEGAL

Constituição Federal ao garantir a liberdade de manifestação de pensamento, declara textualmente que “Não será porém, tolerada propaganda de guerra, de processo violento para subverter a ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe”.

(“O Arquidiocesano”,nº188, dia 21 de Abril 1963, pg. 2).

Segundo Jorge Ferreira (2004) as esquerdas reagiram com grande euforia à vitória de João Goulart em 63, pois acabado o período em que os poderes do presidente estavam limitados pelo parlamentarismo, a esquerda acreditava que Goulart desempenharia um importante papel na implementação de medidas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e a justiça social: voto dos analfabetos, legalização do PCB e principalmente a concretização das reformas de base (bancária, fiscal, agrária, urbana e universitária). Mas não demorou à euforia da esquerda se transformasse em decepção. As esquerdas viram na neutralidade adotada por Goulart, o abandono dos projetos por ele apoiados. “(...) *o presidente estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distanciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de 1961. Logo, as esquerdas deveriam romper com o governo*” (Ferreira, 2004: 197).

No processo da radicalização da esquerda, a figura de Leonel Brizola se destacou, pela liderança e pelo papel unificador no grupo durante este período.

Ao lado de Mauro Borges, Brizola formou a Frente de Mobilização Popular (FMP) que posteriormente se radicalizou em Frente Única de Esquerda. Estas organizações lutaram principalmente em prol da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para programar as reformas sociais no âmbito constitucional.

Enquanto Carlos Lacerda era neste período uma das figuras representantes da direita anticomunista, o cunhado de Jango, Leonel Brizola era o homem identificado como responsável por agrupar a esquerda reformista. Por isto, *“as ações de Brizola renderam críticas cerradas a ele próprio e ao Presidente, a quem se acusou de tolerar ou mesmo compactuar com as posições políticas do cunhado”* (Motta, 2002: 253);

Pouco tempo depois de conquistar a vitória no plebiscito, as manobras políticas do presidente João Goulart, começavam a desagradar e a levantar suspeitas tanto dos setores direitistas como também dos esquerdistas.

"Jango era tido geralmente pela esquerda e pela direita como incapaz de governar. E essa crença ainda mais generalizada se tornou quando, tendo Jango mudado seu governo em Junho de 1963, muitos acharam que o próprio presidente perdera a esperança nos processos constitucionais. Essa opinião era comum não só entre seus adversários de longa data, no seio da direita, que conspiravam preparando um golpe, mas também entre os nacionalistas radicais da esquerda. Brizola temia que a reforma ministerial de junho pudesse ser o prelúdio de uma tentativa de Jango para permanecer no poder depois de expirar o seu mandato legal. Em meados de 1963, portanto, a cena política brasileira caracterizava-se por exigências cada vez mais fortes de ação extra-legal tanto da direita como da esquerda, enquanto os objetivos pessoais do presidente permaneciam indefinidos, o que vinha fortalecer a posição dos extremistas." (Skidmore, 1982:311)

Além de estar inserido em uma intensa disputa política, onde sofria pressões de ambos os lados, o governo federal brasileiro teve que na primeira

metade de 1963, enfrentar grandes dificuldades no campo econômico. Motivada principalmente pela rápida deteriorização dos salários e o fracasso do Plano Trienal, houve a eclosão de uma grande onda grevista em meados de 1963. Segundo Toledo (1983), neste período o índice geral dos preços alcançou 78%, o PIB cresceu apenas 1,5% e o déficit do Tesouro Nacional chegou a 500 bilhões de cruzeiros.

Sem crescimento econômico e com uma vertiginosa inflação, o descontentamento passa a ser generalizado: nunca o País assistiu, num curto período de tempo, ao surgimento de tantos movimentos reivindicatórios. Os “tempos de Goulart” singularizam-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel. (Toledo, 1983:67).

Aos anticomunistas a onda grevista era uma clara manifestação de parte da conspiração que a esquerda política e comunistas internacionais haviam planejado para tomar o Brasil e realizar suas reformas. Desta maneira, os órgãos de comunicação de direita novamente procuraram alertar os trabalhadores sobre a ameaça comunista e os danos que as greves causariam ao país.

Neste período o jornal “O Arquidiocesano” publicou uma matéria que acusava os comunistas de incentivarem as greves, mas esta adquire um cunho político ainda maior por ser, segundo o jornal, uma transcrição de um discurso feito por Getúlio Vargas, considerado padrinho político do presidente Jango. Desta forma, a matéria também poderia ser interpretada também como uma crítica aos caminhos adversos que o presidente havia tomado durante seu governo.

“Os maiores inimigos dos trabalhadores”

“Nas promessas abundantes e falazes, nossos comunistas, imitam os apóstolos do comunismo russo, evitando porém, como conseguiram soviétizar a Rússia. Também eles se diziam protetores do proletariado e suprimiram a liberdade, instituindo o trabalho escravo; prometiam a terra e despojaram os camponeses de suas lavouras, forçando-os a trabalhar por conta do Estado, sob o jugo de uma ditadura feroz, reduzindo-os ainda a maior miséria.”

“O comunismo trata o homem como instrumento, como simples fator de trabalho: escraviza-lhe o esforço, materializando-o. Pregando ou conspirando, os seus apóstolos jamais confessam o que são, mas ao contrário, desdizem-se ou se declaram, quando mais corajosos, socialistas avançados ou pacíficos simpatizantes do marxismo. A dissimulação, a mentira, a felonía, constituem suas armas chegando não raro à audácia, ao cinismo de se proclamarem nacionalistas e de receberem dinheiro de traição para entregar a Pátria ao domínio estrangeiro.

GETÚLIO VARGAS.

(“O Arquidiocesano”, nº196, dia 16 de Junho 1963, pg. 2).

Outro fato ocorrido em 1963 é identificado como responsável pelo aumento da motivação dos militares em afastar o comunismo do Brasil na década de 1960. Um grupo de sargentos comandou uma sublevação em Brasília, chegando a mobilizar um grande número de manifestantes. Debelado no mesmo dia, o movimento não era conspiratório e protestava contra o baixo acesso de representantes dos sargentos no legislativo. Mas para grande parte do exército o ato demonstrava o crescimento das idéias revolucionárias no seio da corporação, o que alarmava os militares, pois a propagação de idéias de sublevação e contestação da hierarquia sempre foram uma das piores preocupações das Forças Armadas brasileiras.

Em relação ao pensamento político dos militares e ao medo deles de perder o controle interno da instituição, D’Araújo (1994) foi responsável por organizar um conjunto de entrevistas realizadas com militares, que nos anos 60, eram jovens e tinham baixas patentes, mas nos anos que se seguiram tornaram-se peças importantes dentro do regime militar.

Segundo os entrevistados houve uma grande decepção por parte dos militares quanto a renúncia do presidente Jânio Quadros, político que eles acreditavam que resolveria muitos problemas da pátria. O presidente João Goulart era identificado majoritariamente, como um político fraco e despreparado que havia sido manipulado por Brizola e deixado contaminar-se pelo comunismo. A repulsa dos militares ao comunismo tinha fortes raízes históricas na revolta de 1935, segundo eles havia ficado o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invadiu os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos da corporação e pregando a obediência a outros princípios, a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. (D'Araújo, 1994). Assim a maior ameaça do comunismo ao exército era introduzir uma obediência paralela e concorrente à instituição militar.

O pecado capital da esquerda, para os militares entrevistados, foi a violação dos princípios “sagrados” da hierarquia e da disciplina, sem os quais a própria instituição militar, como a conhecemos, deixa de existir (D'Araújo, 1994: 13)

Nos últimos meses de 1963, observou-se um recrudescimento ainda maior das atividades anticomunistas, principalmente em relação à estratégia adotada por alguns meios de comunicação conservadores em denunciar a penetração comunista em diversos setores do aparato estatal e da sociedade brasileira. Segundo os anticomunistas, os agentes vermelhos já haviam se infiltrado nos Ministérios da Educação, do Trabalho, Itamaraty, Correios, Forças Armadas, e Petrobrás.

“Declarações do governador da Guanabara”

EMBAIXADOR TEM RAZÃO

Interrogado se há fundamento na afirmação atribuída ao embaixador Lincoln Gordon de que os comunistas no Brasil são poucos e estão no poder, respondeu:

“Se o diplomata fêz esta afirmação, não fêz nenhuma revelação. Disse apenas uma verdade de que nós, brasileiros, podemos dar testemunho. Sabemos que os comunistas, embora poucos, conseguem empolgar o govêrno federal e tentam por todos os modos interferir nos rumos da Nação”.

INFLUÊNCIA COMUNISTA

Deteve-se ainda o sr. Carlos Lacerda sôbre a influência comunista no govêrno brasileiro e as decisões que tem êsses elementos nos destinos do País. Provocado por uma pergunta, citou nominalmente como agentes dessa influência, os srs. Evandro Lins, chefe da casa civil do Presidente da República, Raul Riff, secretário de imprensa do sr. João Goulart, Salvador Lossaco, ex-deputado e atual assessor da Presidência da República, Roberto Morena, conselheiro sindical, Hermes Lima, ministro das Relações Exteriores, João Mangabeira, ministro da Justiça, Almino Afonso, ministro do Trabalho.

(“O Arquidiocesano”, nº187, dia 14 de Abril 1963, pg. 2).

O “O Arquidiocesano” passou a vincular algumas mostrando que não só os políticos conservadores denunciavam as influências comunistas dentro do governo federal, mas que esta penetração estava tão clara, que diversas camadas populares começavam a reagir contra aqueles que “lutavam pela entrada do comunismo no país”.

“Estudantes protestam contra Brizola”

Rio – CIC – Num comunicado de protesto ao discurso pronunciado pelo Governador Leonel Brizola na Faculdade de Direito, a Frente da Juventude Democrática assim se expressa: “A Frente da Juventude Democrática vem dirigir-se às autoridades da República para reclamar providencias urgentes quanto a responsabilidade do Governador Leonel Brizola, em face a incitação revolucionária promovida para todo o país, através de uma cadeia de noventa emissoras de rádio e uma de TV”. Diz ainda que a ousadia dos que pretendem entregar o país a desordens e a perturbações já atingiu seu limite.

(“O Arquidiocesano” nº147, dia 08 de Julho de 1962, pg. 1).

A falta de crédito no governo e nas instituições políticas ligadas aumentaria ainda mais quando, no dia 4 de outubro, o Presidente enviou ao Congresso um pedido para decretar o Estado de Sítio, e logo depois retirando o. As conseqüências deste recuo novamente assustaram ambas as posições políticas, “à esquerda e à direita, ninguém entendeu o objetivo do governo,

cada lado achando que o Estado de exceção representaria um golpe perpetrado pelo lado oposto.” (Motta, 2002: 257). A direita anticomunista começou então a se organizar de maneira mais efetiva devido à necessidade de defender o território nacional de uma provável revolução esquerdista e comunista.

Os conservadores esperavam que o presidente abandonasse a neutralidade e desse sinais de comprometimento com alguma posição política. Em um discurso no final de 1963, Goulart lançou críticas as estruturas sociais brasileiras e comprometeu-se com a realização de algumas reformas a fim de melhorá-las. No mesmo momento surgiram boatos que Brizola seria chamado para vir ocupar o ministério da Fazenda ou da Justiça e que a reforma agrária iria ser implantada a qualquer preço. Este ambiente de grande incerteza fez crescer ainda mais a organização da direita anticomunista e da esquerda reformista. Estava claro que ambos os lados preparavam-se para um conflito e para isto estavam organizando-se cada vez mais.

Para a esquerda, tratava-se de um embate opondo nacionalistas e defensores do progresso social aos reacionários, anticomunistas fanáticos e “entreguistas”; na ótica dos antiesquerdistas, a luta era entre os democratas, comprometidos com a salvaguarda da liberdade e da pátria, contra os comunistas e seus aliados demagogos e caudilhos (Motta, 2002: 260).

O início de 1964 foi marcado pelo duelo público entre conservadores anticomunistas e reformistas. Leonel Brizola passou a comandar a Frente Única de Esquerda ainda mais radicalmente, enquanto o deputado Bilac Pinto passou a atuar na qualidade de presidente da UDN e assim empreendendo críticas violentas ao governo federal que estava definitivamente cercado por

comunistas. A UDN publicamente mostrava-se assim, disposta a apoiar qualquer intervenção contra o governo.

Para entendermos o próximo passo da radicalização tanto da direita como da esquerda neste período, devemos fazer uma rápida reflexão sobre o papel da teoria de “Doutrina de Segurança Nacional” e também sobre o intenso debate sobre a questão agrária brasileira.

Sob a inspiração norte-americana durante a época da Guerra Fria, os setores direitistas, principalmente os militares, procuraram introduzir na sociedade brasileira o sentimento de guerra permanente. *“Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”* (Borges,) segundo ela, quem não se mostrasse aliado acabaria sendo considerado favorável ao comunismo e como os comunistas eram inimigos da nação deveriam ser reprimidos pelas Forças Armadas.

O conceito de guerra total deve ser entendido em muitos sentidos. Primeiramente ela, (a guerra) faz um apelo a todas as formas de participação excluindo, terminantemente, a neutralidade. Em segundo lugar, a guerra é total, no sentido de que o antagonismo dominante se encontra igualmente, nas fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno). Fica claro, pois, que a infiltração generalizada do comunismo consolida e justifica a repressão interior, por meio dos órgão de informação dos países atingidos. (Couto e Silva, 1981: 24)

Já a esquerda brasileira acreditava que enfim haveria chegado o momento em que presidente João Goulart iria resolver o antigo problema social brasileiro relacionado à questão agrária. Segundo Grynszpan (2006),

Consolidou-se neste período a visão que havia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, de que a concentração da propriedade fundiária, traço contínuo de nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparava a grande maioria da população rural, como miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infra-estruturas, apenas para citar alguns. Tais problemas, por sua vez, passaram a serem vistos como fortes entraves à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país como um todo, na medida em que determinava a exclusão da população rural, então a maioria de nossa população, do mercado de consumo. Na visão que se firmou, portanto, era fundamental que se resolvesse a questão agrária para que o país pudesse avançar de forma autônoma rumo ao desenvolvimento. (Grynszpan, 2006: 57).

Como observamos, tanto direita como esquerda tinham projetos que demandavam do presidente a tomada de posição e o aceno à realização do projeto de expulsão do comunismo internacional do Brasil, ou então a consecução das reformas econômicas, sociais e agrárias. A neutralidade não era mais sustentável, ambos os setores poderiam deixar de apoiar o presidente, havia então chegado o momento em que Goulart deveria optar entre conservadores ou reformistas.

No início de Março, Jango preparou um grande comício para manifestar publicamente seu apoio à realização das reformas de base, pressionando os conservadores e alinhando-se com os reformistas. Assim o comício do dia 13, foi recebido pelos anticomunistas como a garantia de que Goulart apoiava a “revolução vermelha”.

A presença de numerosas bandeiras ostentando a “foice e o martelo”, somada ao tom violento de muitos discursos, deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada celeremente. Entre as diversas personalidades a fazer uso do microfone, um dos mais radicais foi Brizola. (Motta, 2002: 263).

Se para a esquerda o comprometimento público de Jango com as reformas enfim demonstrava a preocupação do presidente em abandonar a neutralidade e melhorar as condições sociais do país, para a direita este era um

momento muito importante devido à urgência em organizar-se para salvar o Brasil.

Setores sociais importantes, que até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo. O processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária (Motta, 2002: 264).

A partir da união de diversos setores conservadores, direitistas e anticomunistas, várias manifestações populares contra o presidente e à invasão vermelha se espalharam por todo o país. Da mesma maneira em que Jango mostrara que tinha o apoio de um grande número de pessoas durante o comício que debatia as reformas sociais, era preciso para os setores que desejavam fazer frente ao presidente, demonstrar que um número ainda maior de pessoas estava contra o comunismo.

Dentre muitas as manifestações, provavelmente a que provocou maior repercussão nacional foi a Marcha da Família com Deus e a Liberdade realizada na Praça da Sé, na cidade de São Paulo. Liderados por padres, entre eles Pe. Calazans, um número maior de pessoas compareceu à manifestação gritando palavras de ordem e ostentando cartazes como: “O Brasil não será uma nova Cuba” e “Afastem os comunistas”. A “Marcha” realizada em São Paulo inspirou muitas outras manifestações por todo o país, desta forma a união conservadora conseguiu pressionar ainda mais o presidente Goulart.

O contexto de crise política estava armado, faltava apenas o estopim para que ocorresse uma intervenção. No dia 26 de março, um grupo de

fuzileiros navais começou a organizar uma reunião que discutiria assuntos políticos. O ministro da Marinha, Silvio Mota, prometeu acabar com a reunião, mas as forças que foram mandadas para acabar com o movimento começaram a aderir a ele. Para acabar com o impasse, Jango decidiu absolver os revoltosos e afastar o Ministro da Marinha e colocando no lugar dele um almirante de sua confiança. Com esta atitude e o comparecimento dias depois a um evento organizado por uma associação de sargentos, na sede do Automóvel Clube carioca, as forças armadas vislumbraram a capacidade do presidente de passar por cima da hierarquia militar.

O ambiente de pressão política chegara ao seu limite e segundo o pensamento da direita brasileira a necessidade de uma intervenção era urgente, pois a qualquer momento a esquerda poderia iniciar uma revolução comunista no Brasil. Segundo a direita, o presidente Goulart não só permitiria esta revolução, como naqueles primeiros meses de 1964 “parecia facilitar as coisas para que os facínoras vermelhos fizessem do país uma nova Cuba”.

A defesa do território nacional frente a uma ameaça internacional era talvez a principal das atribuições das Forças Armadas brasileira, desta forma cabia a esta instituição chefiar a intervenção que iria proteger o país. Podemos assim observar que outros setores que formavam a “união sagrada” passaram a exaltar a figura e o papel dos militares como defensores do povo.

Dentre as matérias expostas no periódico “O Arquidiocesano” que fazem referência a elementos do universo militar, uma delas torna-se

especialmente interessante ao fazer referencia a metralhadora e ao rosário um dos principais símbolos católicos utilizados na luta contra o comunismo na “segunda onda anticomunista brasileira”. A Arquidiocese de Mariana, como grande parte da hierarquia católica brasileira procurava deixar bem clara a sua posição de comprometimento com a intervenção militar que afastaria Goulart em 1964.

“Rosário metralhadora” Pe. Antonio Leebmann, S.J.

Que contradição de conceitos e coisas, “rosário” significa coisa espiritual e divina, portadora de vida eterna! enquanto “metralhadora” significa coisa material, semeadora da morte! (...)

Isto não obstante, os últimos acontecimentos primeiro contrapuseram rosário e metralhadora para depois os unirem.

Em Belo Horizonte, se puseram os rosários contra as metralhadoras, que alguns fuzileiros navais trouxeram para defenderem alguns agitadores nas suas arengas incendiárias e subjugarem os indefesos ouvintes, a serviço da bolchevização do nosso Brasil até hoje mais que nunca livre e cristão. Houve quem se insurgisse contra essa novidade, tão insólita como o uso de uma vil funda contra o bem armado Golias, conhecido da Bíblia.

(...) o bom povo de Minas com o terço na mão afugentou em pânico os pregadores do ódio. E por incrível que pareça, parece ter havido “católicos” que acharam muita a violência daquele bom povo. Na contenda entre rosário de Maria e metralhadoras, o rosário venceu, espetacularmente. Isto era o rosário contra metralhadora

Segue a 2ª parte: rosário E metralhadora. Também isto houve nestes dias históricos. O nosso grande Gustavo Corção em memorável artigo de 1º de março p.p. estímulos os brios de nossas Fôrças Armadas. Talvez nem fosse tão necessário: estas já estavam bem alarmadas e bem acordadas, sentindo em seus corações, afinados em longa disciplina militar, as cacotomias da anarquia até já nas suas próprias fileiras. Já se estavam preparando núcleos de resistência nas 3 Armas em plena discricção, que a ação militar exige. Joana D’Arc, invocada por Corção, respondia quando seus examinadores eclesiásticos queriam dispersar chamando sua atenção às legiões de anjos de que Deus dispunha, “nós lutaremos e Deus nos dará a vitória”. Isto quer dizer: a nossa oração precisa do complemento da nossa ação, as vezes também da espada, ou então da metralhadora, etc.etc.

Assim se uniam as nossas Fôrças Armadas às piedosas mulheres e ao povo ansioso de salvar sua liberdade, seu Deus e suas famílias, completando o esforço espiritual e “místico” dêste com as suas armas, mesmo com o risco de vida. Pois não há dúvida que não merece viver e viver livremente, quem não enfrentar pela liberdade e dignidade a própria morte. Desta maneira o levante militar, foi uma autentica ação popular, do povo não “sindicalizado” e cabresteadado por “comandos” e comunistas, compreendendo e realizando os anseios do nosso grande povo brasileiro, que deu ao mundo o exemplo de magnífica evolução e de elevada cultura, sem massacres e paredónes, sem ódios e lutas fratricidas.

Deus continua a ser Brasileiro, por que os Brasileiros continuam sendo de Deus.

(“O Arquidiocesano”, n°249, dia 21 de Junho 1964, pg.3).

A revolução ocorreu no amanhecer de 31 de março, de forma branda e pacífica, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, as principais forças golpistas partiram de Juiz de Fora e ao chegar ao Rio de Janeiro, já não encontraram o presidente Goulart que havia fugido para o exílio no Uruguai. Mesmo não sendo disparada uma única bala para proteger o Brasil, a atitude das Forças Armadas foi considerada heróica, houveram assim, muitas comemorações públicas logo após os militares assumirem o governo federal, como podemos observar, por exemplo, no último exemplar do “O Arquidiocesano” no ano de 1964,

“Revolução necessária”

O maior acontecimento do Brasil neste 64 que se finda foi, sem dúvida, a revolução de 31 de março.

Uma Revolução branca, graças a Deus, pois sem derramamento de sangue, fratricida. Uma Revolução Branca, promissora de paz para a família brasileira. Uma Revolução ao mesmo tempo, verde-amarela de autêntico nacionalismo, de verdadeiro patriotismo. Uma Revolução de salvação da Terra de Santa Cruz.

Não fora o movimento patriótico de 31 de março, o seguinte 1º de Maio “Dia do Trabalho” teria sido talvez um de trabalho e de padecimentos, de lágrimas de sangue, com a terrível ditadura comunista no Brasil (...)

“Houve mão mais poderosa” a de nossas forças armadas, a de heróicos cidadãos de todas as classes, que não mediram sacrifícios naqueles dias de apreensão e angústias. E o Brasil respirou! E as famílias se tranquilizaram, e o homem rural não teve que temer. E a Igreja exultou.

Não há como mensurar realmente a visão que os golpistas tinham em 31 de março sobre a influência da organização comunista por trás do governo, proximidade do levante que seria empreendido por eles ou então a resistência à intervenção armada. Mas certamente para muitos, o desfecho da crise surpreendeu um grande número de pessoas devido a falta de indícios que apontassem realmente uma conspiração comunista.

Alguns autores acreditam que na realidade os golpistas utilizaram-se do pretexto anticomunista para tomar o poder político no Brasil. Esta tese é rechaçada por Motta (2002), pois este autor acredita que, caso o interesse maior dos golpistas fosse tomar o poder político, os diversos embates ocorridos durante os anos 60 não teriam sido travados democraticamente.

É claro que para as diferentes parcelas da “união sagrada” o golpe militar representava uma vitória diferenciada, os motivos que levaram a união deste grupo eram tão diversos quanto a sua própria composição¹⁹. Em meio a esta diversidade, “o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização antiGoulart, o elemento que proporcionou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente” (Motta, 2002: 276).

No que toca o objeto de nosso estudo, observamos que a Arquidiocese de Mariana atuou através da vinculação de diversas matérias politizadas, demonstrando nos primeiros anos de sua circulação, o alinhamento político com as camadas conservadoras da década de 60.

Embora o presidente João Goulart fosse acusado de possível aliado dos comunistas, de acordo com Andrade (2003), geralmente no “O Arquidiocesano” houve uma preservação da figura do presidente, sendo os ataques feitos na maior parte das vezes de forma genérica, “*Atacar Jango diretamente poderia significar, do ponto de vista ideológico, uma inversão*

anárquica, atingindo a própria concepção de Nação” (Starling,1986:177)

atitude esta que certamente não estava nos interesses da Instituição católica.

Para a Arquidiocese de Mariana era importante garantir que os fiéis considerassem o comunismo como um inimigo da família e do país, pois em primeiro lugar sendo considerada uma das instituições mais conservadoras do Brasil, cabia a esta garantir a manutenção do *status quo* da Igreja Católica nas Minas Gerais e no país; em segundo lugar, caso as idéias reformistas trazidas pela esquerda fossem assimiladas e aceitas pela população da região a Instituição poderia perder poder; e em terceiro lugar, o medo das idéias reformistas causarem dissensões na própria Igreja Católica aumentou ainda mais o fervor da hierarquia católica mundial contra o comunismo.

Como já foi observado anteriormente, apesar de comprometer-se logo no seu primeiro exemplar à “*absoluta isenção e independência de partidarismos políticos*”²⁰, o Órgão de imprensa oficial da Arquidiocese de Mariana, procurou manifestar-se em relação à grande maioria dos acontecimentos políticos ocorridos no período pré-golpe militar, apoiando os grupos que vieram a formar a “união sagrada” e posteriormente no rematar da crise defendendo a intervenção política das Forças Armadas no “Golpe de 31 de março”.

CONCLUSÃO

Como saldo final de nossa análise, rematamos que o periódico “O Arquidiocesano”, de certa forma, cumpriu durante os cinco primeiros anos de sua edição o papel proposto pelo seu subtítulo, e atuou como o “Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana”, tornando-se assim um importante meio de propagação de idéias propostas pela Arquidiocese. Mas, além da sua importância religiosa, podemos afirmar que este jornal não cumpriu sua proposta inicial de “Propagar apenas o evangelho e eximir-se de partidarismos políticos”,²¹ colocada logo em sua primeira edição, mas também exibiu em grande parte de suas folhas os acontecimentos políticos, sociais e econômicos mais relevantes mundialmente durante o início da década de 1960, demonstrando em várias ocasiões seu posicionamento político acerca de algumas questões.

Através de uma contextualização histórica, podemos perceber que a Arquidiocese de Mariana, desde os seus primórdios, esteve aliada ao Estado brasileiro e comprometida com a preservação das tradições e regras sociais. Sua trajetória conservadora contribuiu também para identificá-la como uma das principais forças sociais, e que afastando os “inimigos da religião” procurou em vários momentos preservar *status quo* brasileiro.

Como o periódico “O Arquidiocesano” dava seqüência a uma tradição eclesiástica regional de orientar os fiéis através da imprensa²², logo era

esperado que este jornal detivesse um grande poder simbólico e informativo naquele período. Certamente este trabalho não conseguiu analisar a recepção das mensagens do “O Arquidiocesano” pelos fiéis, mas procurou analisar o interesse da Arquidiocese de Mariana ao utilizá-lo para expressar sua posição política aos fiéis.

Entre as variadas temáticas políticas, nossa análise se concentrou nos ataques deste jornal ao comunismo e às figuras que segundo ele estavam ligadas ao “ideal vermelho”. A grande atenção do jornal a este assunto poderia ser justificada pela progressão da ideologia vermelha em todo o mundo durante as décadas de 1950 e 1960, fazendo com que os setores conservadores, (entre eles a Igreja Católica) tivessem que dirigir seus esforços para enfrentar o inimigo comum.

Podemos dizer que os primeiros anos de edição do periódico analisado (1959-1964) também foram marcados por fatos marcantes na luta contra o comunismo (a chegada do comunismo na América através da Revolução Cubana) e na a política brasileira (crise política depois da renúncia de Quadros). Procurando “orientar os fiéis nos momentos obscuros”, o jornal “O Arquidiocesano” expressando-se de maneira simplificada utilizou-se de diversos métodos propagandísticos, entre eles temer ou ironizar o inimigo, para assim disseminar seu posicionamento anticomunista.

Observando o teor da campanha anticomunista e as posições políticas manifestadas pelo periódico durante o momento do pré-golpe militar

brasileiro, identificamos que “O Arquidiocesano” atentou-se aos principais assuntos que envolviam os contextos políticos do Brasil e do mundo, e que sua posição política alinhava-se aos anticomunistas e conservadores brasileiros. Posição esta, também consonante com o projeto difundido pelo Vaticano de combate mundial ao inimigo vermelho.

Além destes fatores, muito contribuíram para a interferência e posição política adotada pela Arquidiocese de Mariana, a conservação das tradições, a baixa permeabilidade simbólica, a combatividade contra os inimigos e o poder político e simbólico centralizado pela Instituição, características estas firmadas na gestação da sociedade da região aurífera, e que de certo modo permanecem até os dias de hoje.

Desta forma, identificamos que motivado por diversos fatores (tradição histórica, influência do Vaticano e dos grupos conservadores brasileiros) o periódico “O Arquidiocesano”, entre 1959 a 1964, manifestou publicamente a aversão da Arquidiocese de Mariana em relação ao comunismo. Também o ingresso desta Instituição Católica à um grupo de anticomunistas conservadores que ao menos nos primeiros momentos após efetivado o Golpe Militar de 1964, acabaram legitimando-o como uma “revolução branca e necessária para a defesa do Brasil e da religião”²³.

“Imprensa Episcopal de Mariana”

Certos de que a doutrinação cristã penetra as almas não só pela palavra falada como pela escrita, os Bispos marianense muito se esmeraram em manter na sede episcopal a sua imprensa

Dom Antonio Ferreira Viçoso funda em Mariana o jornal “O ROMANO” com êste sobretítulo: “Micelania Dogmática Moral e Histórica”. A 1º de Janeiro de 1851, numa quarta feira sai o 1º nº do órgão diocesano com o seguinte aviso: “Publica-se uma vez em tôdas as semanas, sem dias determinados na Tipografia Episcopal. Rua da Olaria, Casa N.54”

Eram oito páginas, 30x19 cms cuja assinatura anual é de 7 mil réis, 4 por semestre e o número avulso 160 réis.

As páginas do “O ROMANO” tem uma numeração seqüente que ao fim do seu 1º ano, atingem a 344.

“O ROMANO” é o veículo do pensamento de D.Viçoso – Publica suas cartas Pastorais e avisos. Vai o heróico jornal cumprindo sua nobre função de doutrinar a Religião publicando ainda a vida de santos, máximas de formação cristã e cívica, fatos edificantes, conselhos sôbre administração de pequenas indústrias, por exemplo, criação de abelhas, como preparar a cêra, observações curiosas da natureza. Nem faltam a amenizar-lhes as páginas poesias e cantos. Fatos históricos da administração diocesana são nele registrados.

Que riqueza encerra “O ROMANO”! Admirável a visão de D. Viçoso neste alto empreendimento quando tudo era tão difícil, como vias de comunicação, dificuldade de transporte. O papel de imprensa chegando a Mariana em lombo de burro.

Temos aqui encadernado “O ROMANO” de 1º de janeiro de 1851 a 2 de agosto de 1855 perfazendo 50 números de publicação. Sucede-lhe bem mais tarde . “O BOM LADRÃO”, em outubro de 1873, com o subtítulo de: “Periódico Religioso, Literário e Noticioso – Sob os auspícios dos Exmos. Bispos de Mariana e Diamantina”.

É seu Diretor o Padre Silvério Gomes Pimenta. “Publica-se 3 vêzes por mês. Os assuntos pelo que se convencionar”. Preço por ano 5 mil réis. Os números avulsos 160 réis.

“O BOM LADRÃO” temo-lo também encadernado até seu ano IV, com a última publicação a 30 de abril de 1878 nº 38. No seus últimos números de janeiro a abril reedita êle o famoso documento histórico-literário do “Áureo Trono Episcopal de Mariana”.

De 1880 a 1891 aparece o “BOLETIM MARIANENSE”, publicação anual, dando sob as vistas da Autoridade eclesiástica, notícias sucintas da vida da Diocese, e ocupando-se especialmente da velha e monumental Igreja de São Pedro de Mariana, então em ruínas e inacabada, que D. Benevides tencionava restaurar e concluir, dedicando-a ao S. Coração de Jesus.

A 25 de janeiro de 1893, surge “O VIÇOSO”, com este subtítulo: “Periódico destinado a promover os interesses católicos sem descuidar dos outros interesses da

Pátria e do Povo” O gerente deste semanário o Pe. Caetano Donato Corrêa. Sua assinatura anual é de 5 mil réis.

A 30 de dezembro de 1897 “O VIÇOSO” avisava seus leitores que “a folha ia passar por uma transformação radical por que ia ser seu redator o Revdo. Pe José Severiano de Rezende” que a 23 de Dezembro dêsse mesmo ano celebrara sua primeira missa em Mariana.

Efetivamente, a 27 de fevereiro de 1898 apareceu o “D. VIÇOSO” que durou até dezembro de 1899.

Em 17 de junho de 1901 funda D. Silvério o “BOLETIM ECLESIAÍSTICO DE MARIANA” destinado especialmente ao clero, encarregado de sua direção o Pe. Dr. João Gualberto do Amaral. Recém chegado de Roma onde se doutorara em Direito Canônico.

Êste Sacerdote redigiu com brilhantismo durante dois anos.

O “BOLETIM ECLESIAÍSTICO DE MARIANA” durou 39 anos, pois se encerrou em 1940. É um excelente repositório das disposições e orientações pontificais e diocesanas, de estudo de teologia, direito canônico e liturgia contendo ainda dados históricos da vida diocesana.

Por ocasião do 50º aniversário de ordenação sacerdotal de D. Silvério, aparece novamente o jornal diocesano “D. SILVÉRIO” cujo 1º número se publica a 22 de julho de 1912, sob a orientação do Pe. João Espescht, tomando por último o nome de “PÁTRIA MINEIRA” quando editado em Belo Horizonte (cf. BOLETIM ECLESIAÍSTICO DE MARIANA junho-julho de 1926 pg. 162).

A 29 de julho de 1959 é fundado “O ARQUIDIOCESANO”, semanário que neste seu nº 103 está publicando esta resenha. Foi seu primeiro Diretor o Cônego Pedro Terra que por ocupar diversos outros cargos passou a direção à aptidão e desvêlo do atual Diretor Pe. José Geraldo Vidigal de Carvalho.

“O ARQUIDIOCESANO” deve sua vida à decidida cooperação de nosso laborioso Clero, que o incentiva e lhe envia notícias de suas paróquias.

Crê “O ARQUIDIOCESANO” estar realizando o que se propôs em seu 1º nº de estreitar mais e mais o elo de união entre o Prelado e seus Sacerdotes, e dêstes entre si. É a mensagem da Arquidiocese doutrinando, guiando o seu rebanho e tecendo a sua história.

(“O Arquidiocesano”, nº103, dia 3 de setembro de 1961).

Anexo B
“Católico ou comunista”

Catolicismo

- 1- “Pai nosso que estais nos céus”
- 2- Deus criou o homem e o universo com um fim determinado
- 3- Este mundo é um lugar de preparação para alcançar o céu
- 4- O homem possui alma imortal
- 5- Primazia do espírito sobre a matéria
- 6- A alma tem um valor absoluto
- 7- Cristo e seu Vigário, o Santo Padre o Papa, são chefes amados e obedecidos.
- 8- Liberdade religiosa
- 9- Liberdade, possibilidade de viajar e de trabalhar conforme os gostos de cada um.
- 10- Liberdade de palavras, de reuniões e de associações.
- 11- Proteção à família. Os filhos pertencem aos pais.
- 12- Liberdade de eleger seus governantes.
- 13- O Estado é para servir a personalidade humana. A vida espiritual está ligada à Igreja.
- 14- Ódio ao erro, porém, amor aos inimigos até aos comunistas.
- 15- Transformação da sociedade pela força do amor.
- 16- Transformação interior da sociedade pela justiça e caridade.
- 17- A igualdade para todos os homens, mas nas coisas essenciais.
- 18- O acesso à propriedade privada para o maior número de pessoas possível.
- 19- Toda guerra agressiva é ruim. Não deve haver luta de classes.
- 20- O homem fica divinizado pela sua livre cooperação à graça divina.
- 21- Realização do Reino de Deus e de Cristo.

- 22- Ajuda ao homem, santifica-o, fã-lo feliz, ainda nesta vida.

Comunismo

- 1- Não existe Deus
- 2- O homem é produto da matéria e o mundo caminha ao acaso
- 3- Nada existe além do túmulo
- 4- Tudo desaparece coma morte
- 5- Primazia do progresso técnico material.
- 6- A alma é o meio, o instrumento de desenvolvimento das forças produtivas.
- 7- Barx, Lenine, Stalin são os chefes.
- 8- Propaganda anti-religiosa, perseguições de toda a espécie.
- 9- Trabalhos forçados, impossibilidade de sair do seu país.
- 10- Pena de morte para todos aqueles que pensar diferentemente do que Stalin.
- 11- Legislação contra a família. Os filhos pertencem ao Estado.
- 12- Ditadura de uma minoria do partido de Stalin.
- 13- O homem é oferecido em sacrificio ao Estado. Tudo nele pertence ao Estado.
- 14- Ódio para todos que não forem do partido.
- 15- Transformações da sociedade pelo ódio e pela violência.
- 16- Transformação da sociedade por meios mecânicos e materiais.
- 17- Destruição dos operários qualificados e destruição de certa categoria de pessoas.
- 18- Destruição da propriedade privada.
- 19- A guerra civil de uma classe de homens contra outros é necessária e essencial.
- 20- O homem fica bestializado pelo Estado sem Deus.
- 21- Realização do reino do mundo e do anti-cristo.
- 22- Embrutece o homem, entregando-o as suas próprias paixões.

(“O Arquidiocesano”, nº98, dia 30 de julho de 1961, pg.3).

Anexo C

“Brasil de rosário na mão derrotou a invasão comunista – Pontifícia Obra de Propagação da Fé”

Rio (NBC) – Uma vitória sem sangue, de alcance continental, foi o que, com a arma pacífica do Rosário na mão, alcançou a alma católica do Brasil.

“O Brasil que é e sempre será cristão, repele e sempre repelirá o comunismo ateu e materialista” declarou para a NC, do seu leito de hospital, em plena crise político-militar S. Em. e Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara Arcebispo do Rio de Janeiro. Na véspera da Marcha com a Família com Deus pela Liberdade fôra ouvida uma só vez e depois proibida pela censura a sua palavra animadora. Exaltava o rosário que estivera - disse nas mãos dos combatentes da guerra do Paraguai e sustentaria sempre os brasileiros, não faltando agora, “o terço valorizando a coragem!”.

ÚNICO NO MUNDO: “O Brasil é o único exemplo, é o único país do mundo que enfrentando a Russa vencedora sempre sem guerra, derrotou-a sem guerra” declarou o governo Carlos Lacerda na Guanabara, na primeira entrevista após a Libertação. E acrescentou comovido:

“Deus não perdeu sua carteira de cidadania brasileira”

“Fomos apenas instrumentos da Providencia divina”, disse por sua vês o governador Ademar de Barros, de São Paulo, “a vitória foi de Deus”.

A VITÓRIA

A situação-chave do Brasil no mundo cristão leva sem dúvida à afirmação de que esta vitória súbita sobre o Comunismo, é a vitória de Deus, da Igreja, do Brasil, do Continente Americano e do Mundo Cristão. Teve ela vanguardeiros.

No setor religioso, o Episcopado Brasileiro, à frente os cardeais Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Augusto, da Bahia e primas do Brasil, Dom Vicente Scherer, Dom Oscar de Oliveira, arcebispo de Mariana. No setor civil, incontestavelmente o Gov. Carlos Lacerda, que desarmado, em cidade sediada pelo govêrno federal, desfraldou há anos a bandeira da Resistência ao Comunismo, conclamando a Nação à luta e lançando recentemente, dramático apêlo a todos os Governadores de Estado; visitou pessoalmente São Paulo, Paraná, e dia 24 Minas Gerais, donde partiu, a 31, o brado da Revolta.

E finalmente, honra seja, a Mulher Brasileira – Com merecimento inicial da CANDE (Campanha da Mulher pela Democracia), da Guanabara, que armou com a espada do espírito a resistência, através de reuniões de esclarecimento, providencialmente à sombra de Nossa Senhora da Paz, junto da matriz dêsse nome, em Ipanema, apesar das intimidações dos Ministros da Justiça, alçando sempre a voz contra os desmandos do Govêrno Federal.

PROTEÇÃO DIVINA: Tudo se precipitou quando entrou na cena das disputas o Rosário.

Expressou-o admiravelmente a Prof.a Sandra Cavalcante, Secretária de Serviços Sociais da Guanabara, ao microfone, às primeiras horas da vitória:

“A Quinta-feira Santa viu crescer o Materialismo, falando uma língua que não interpretava os sentimentos do povo. Havia sido espalhada nos quartéis, nas escolas, nas fábricas a semente do ódio: Estava marcado o início da agonia de todo o

povo cristão brasileiro, ferido com o desrespeito da própria Sexta-feira Santa! Levaram longe demais a provocação. A Páscoa da Ressurreição haveria de explodir daquele trecho do Brasil, o reduto mais fiel às tradições cristãs brasileiras: Minas Gerais. Desígnios da Providência! As mulheres mineiras foram para a rua, para que em vez da Páscoa de sangue, que teríamos se a reação não se fizesse, tivéssemos a Páscoa da libertação. No comício do dia 13, o pres. Goulart, tutelado pelo PC, insultou a mulher brasileira, ofendeu os brios católicos, zombou da arma dos mansos, dos humildes, o Têrço, que herdamos dos nossos antepassados e legaremos aos nossos descendentes.

O Brasil acordou. As escamas caíram dos olhos. Despertou a Páscoa da Ressurreição da verdade dentro do nosso território. O Brasil reencontrou-se consigo mesmo.”

O gesto das mulheres mineiras foi classificado como “exploração da fé”! Não só pelos órgãos comunistas, que se serviram de elementos católicos mal informados ou mesmo “conscientes” pela esquerda, mas também pelo próprio pres. Goulart nas suas duas arengas públicas derradeiras, o Comício do dia 13 e a fala aos sargentos.

MARIA SSMA. E SÃO JOSÉ. Impossível não observar uma curiosa sucessão de quartas-feiras, dia na semana consagrada a São José, como marcos da jornada libertadora: - dia 19 festa de São José, por isso escolhida para a Marcha da Família, em São Paulo, com invocação em praça pública do venerável José de Anchieta e a oração da Ave-Maria à hora do Ângelus, multiplicando-se a partir de então essas Marchas por todo o Brasil; na quarta-feira seguinte, visita de Lacerda a Magalhães Pinto em Belo Horizonte; a 31, último dia do mês de São José, levante das tropas mineiras com a decisiva adesão das de S. Paulo; dia 1ª de abril, quarta-feira, Vitória, com a conclamação do povo; pelo Cardeal Câmara, à Marcha do dia seguinte, “o Têrço valorizando a coragem!”; dia 2, Marcha-monstro na Guanabara, com as bênçãos e os incentivos da igreja, Cruzada do Rosário de CAMDE à frente, e a Ave-Maria, agora em ação de graças, rezada em praça pública por mais de um milhão de pessoas.

REFORMAS: É unânime a impressão de que podem agora fazer-se tôdas as reformas necessárias ao bem-estar do povo, uma vez que cessou a demagogia dos que as apregoavam, mas não as queriam. (Durante o janguismo, quatro projetos de Reforma agrária foram apresentadas em plenário e derrotados pela bancada do PTB). Como por encanto a agitação em torno do vocábulo cessou; é que ninguém duvida que os democratas encararão os assuntos com a necessária seriedade. – Podemos agora ajudar-nos uns aos outros, confessa um deputado católico, “sem ferir nossa consciência”...

A PENETRAÇÃO COMUNISTA

Estava de fato, o Brasil sôbre um vulcão.

Os órgãos federais, ministérios autarquias, institutos, Petrobrás, Supra, organizações estudantis, sindicatos, etc., ficaram acéfalos em todo o Brasil. Seus diretores, presidentes, sumiram ou fugiram ou foram presos: confirma-se, pois, que os postos chaves estavam em mãos dos comunistas. Inúmeros depósitos de material subversivo foram farejados sinal de que de fato, sabia-se onde tudo se achava, só não havia disposição superior para “descobri-los”.

A MARCHA DA FAMÍLIA EM AÇÃO DE GRAÇAS

Caso, por certo, não acaso, foi a data memorável em que se realizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na Guanabara, planejada enquanto ainda se encontrava turvo o horizonte pelas mais graves ameaças da sublevação da ordem, a tal ponto que se poderia converter aquêlê desfile pacífico numa batalha sangrenta.

Nem por isso ficou adiada mas, providencialmente, foi levada a efeito na tarde fixada, de 2 de abril, seguinte à capitulação comunista, como uma verdadeira, jubilosa marcha da Vitória, constituída por êsse espetáculo até hoje nunca visto de uma multidão eletrizada, verdadeiro rio humano, de mais de milhão de pessoas de tôdas as classes sociais, todos os credos, todos os partidos democráticos, portando bandeiras, laços de fita verde-amarela, símbolos religiosos, a desfilar entre preces e flores, três horas ininterruptas, sem o mínimo incidente, pela Avenida Rio Branco, num L compacto, da Candelária até a Esplanada do Castelo, em frente ao monumento de Rio Branco, ocupando as escadarias dos ministérios e as janelas dos prédios mesmo em construção.

O TÊRÇO LUMINOSO

Numa das altas sacadas de um grande edifício próximo da praça do comício, ostentava-se um têrço luminoso com grandes contas e uma cruz dourada, magnífico símbolo da vitória alcançada e dos intuits patrióticos da manifestação, saudado com entusiasmo pelos transeuntes. Era o mesmo Rosário que estivera suspenso ao pescoço da imagem do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, por ocasião da extraordinária concentração do Rosário em Família na Guanabara, promovida pelo grande apóstolo internacional da Cruzada pelo Rosário em Família.

(“O Arquidiocesano”, n°240, dia 19 de Abril 1964, pg.4).

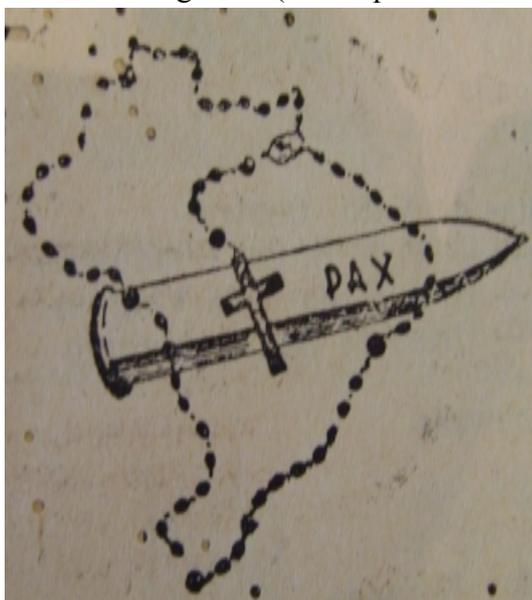
FIGURAS



Figura 1. ("O Arquidiocesano", nº191, dia 12 de maio de 1963).



Figura 2. ("O Arquidiocesano", nº131, dia 18 de março de 1962).



- ¹ Eram aceitos clérigos provenientes de diversas classes sociais, desde que ao adentrar no meio religioso aceitassem a hierarquia e as regras básicas da hierarquia eclesiástica. (Gramsci, 1978)
- ² Se considerarmos a atuação dos fiéis até a segunda metade do século XX, como administradores da religião e não da instituição.
- ³ Um grande número de autores trabalham o período de gênese da sociedade mineira, entre eles: HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Metais e pedras preciosas”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, 5ª ed., São Paulo: Difel, t.1, v.2, 1982; SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro*, Rio de Janeiro: Graal, 1979; ANASTASIA, Carla, *Vassalos Rebeldes*, Belo Horizonte: Cia. da Arte, 1998.
- ⁴ Mata (1996), identifica que algumas manifestações próprias do universo religioso africano são de certa forma aceitas na colônia. O congado, por exemplo, foi muito bem aceito nas Minas. A prática de uma vez por ano nomear a rei negro e seus “nobres” não foi reprimida pelas instituições eclesiásticas ou estatais portuguesas. Parte por que este título não representava nada, nem interferia na hierarquia; parte por que significaria uma abertura à cultura do dominado atitude que poderia funcionar como válvula de escape dos problemas cotidianos.
- ⁵ São características da igreja tridentina: a certeza de posse da verdadeira vida espiritual, a defesa da ortodoxia, o triunfalismo, centralização do papa e a clericalização da Igreja.
- ⁶ Neste trabalho consideramos que um projeto representava os interesses de uma parcela majoritária ou hierarquicamente superior de um determinado grupo, mas dificilmente todos os componentes deste grupo reagiam de forma homogênea a ele.
- ⁷ Projeto que deve novamente ser deixado claro, representava os interesses de uma parcela deste grupo, mas não necessariamente agradava ou era seguido por todos seu componentes.
- ⁸ O levante comunista de 1935 ficou mais conhecido pelo nome de “Intentona Comunista”, segundo D’Araújo, posteriormente batizado pejorativamente pelos militares devido a falta de sucesso do levante.
- ⁹ Para um estudo sobre o uso de caricaturas políticas em jornais de grande circulação, durante os anos pré-golpe militar: MOTTA (2006).
- ¹⁰ Maria A. Aquino compara a propaganda anticomunista do Jornal o Estado de São Paulo e do periódico Movimento, como também as formas de repressão sofridas por estes depois de instaurada a ditadura militar. AQUINO (1999).
- ¹¹ Os periódicos já eram utilizados há muito tempo na Arquidiocese de Mariana como meio de comunicação com os fiéis. Estes periódicos frequentemente eram escritos por intelectuais eclesiásticos e seguiam as orientações do arcebispo da época. Era comum que quando fosse alterado o arcebispo, o jornal também ganhasse novo nome e nova orientação.
- ¹² Segundo Chevalier (1999: 944-946), o vermelho é considerado o símbolo da vida, da luta, do alerta, da sedução ou da coragem. Pela sua força, poder e brilho esta cor deve ser sempre interpretada como ambivalente: como o fogo que aquece ou destrói, ou então o sangue que escondido significa a vida, mas espalhado representa a morte. Lurker, (1997:747-748) lembra que o vermelho pode remeter ao universo do amor e da alegria (rosas e corações) como também do mal e do pecado (Satã é retratado na cor vermelha).
- ¹³ “Intentona” seria um motim insensato, louco e sem fundamento, esta foi uma expressão pejorativa dada pelos anticomunistas para deslegitimar o levante. Segundo Motta (2002) a expressão era muito utilizada nos anos 30, mas só com o tempo esta expressão veio a se cristalizar ao denominar o levante comunista de 1935.
- ¹⁴ O “O Arquidiocesano” em várias ocasiões reproduziu algumas orientações papais em ralação ao comunismo: “Comunismo” – Pio XI, nº57, dia 16 de outubro de 1960, pg.1; “João XXIII atualiza a doutrina da Igreja”, nº95, dia 09 de julho de 1961, pg.2; “Kruchev aprova e dá interpretação errônea aos apelos de João XXIII”, nº117, dia 10 de dezembro de 1961, pg.2. “Paulo VI adverte Roma contra os comunistas” nº234, dia 08 de Março 1964, pg.3. “PAPA não é neutro frente ao comunismo” nº192, dia 19 de Maio 1963, pg.1. Em outras ocasiões o próprio papa era o alvo dos comunistas, “Paulo VI sob a mira dos comunistas”, nº239, dia 12 de Abril 1964, pg.2.
- ¹⁵ Segundo Starling (1986), o arcebispo de Belo Horizonte D. João Rezende Costa declarou o dia 16 de junho como o dia da “Cruzada do Rosário em Belo Horizonte”, convidando o padre Patrick Peyton a comparecer anualmente à cidade para presidir a cerimônia.
- ¹⁶ Quadros era um dos presidentes que foram muito retratados pelas caricaturas, segundo Motta (2006), a renúncia da presidência sem apresentar muitos fundamentos acabou recebendo várias interpretações irônicas dos jornais conservadores entre elas de um político embriagado (p.40).
- ¹⁷ As vésperas da comemoração da Intentona Comunista e por isso a data tinha um maior apelo simbólico aos anticomunistas
- ¹⁸ Ao analisar o periódico “O Arquidiocesano”, Andrade (2003) afirma que durante o período próximo ao pleito de 63, nenhum dos exemplares consultados por ele apresentou qualquer alusão direta à realização do plebiscito. Dado curioso pelas manifestações de apoio ao presidente durante a campanha.
- ¹⁹ Entre outros motivos, para os militares era importante garantir a defesa da ordem, do território nacional e da hierarquia interna da instituição; Para os conservadores o fim da radicalização reformista da esquerda; Para os antiGoulart o afastamento de um governante que planejava uma revolução ou mostrava-se despreparado o bastante para ser manipulado; Para a grande imprensa conservadora a garantia da liberdade (ao menos nos primeiros anos da Ditadura) e para a Igreja Católica a eliminação de um concorrente no mercado simbólico.
- ²⁰ “Razão dêste Jornal” – Dom Oscar de Oliveira (“O Arquidiocesano”, nº 1, dia 29 de junho de 1959, pg. 1).
- ²¹ “Razão dêste Jornal” – Dom Oscar de Oliveira (“O Arquidiocesano”, nº 1, dia 29 de junho de 1959, pg. 1).
- ²² “Imprensa Episcopal de Mariana” (“O Arquidiocesano”, nº103, dia 3 de setembro de 1961).

²³ “Revolução necessária” (“O Arquidiocesano” n°276, dia 27 de Dezembro 1964, pg.1).